

**MAJOR QOPM DAVI FAUSTINO DA SILVA**

**INVESTIMENTOS EM PROGRAMAS SOCIAIS PARA REDUÇÃO DA  
CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE DO  
PARANÁ COM BAIXO IDH.**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

**Orientadora Metodológica:** Professora  
Helena de Fátima Nunes Silva

**Orientador de Conteúdo:** Ten Cel Antonio  
Aurélio A. C. Conceição

CURITIBA  
2008

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua presença constante também pela proteção durante a minha estada na Academia Policial Militar do Guatupê, bem como nos meus deslocamentos para freqüentar o Curso Superior de Polícia e o retorno à minha residência.

Agradeço a todos os companheiros de curso que demonstraram grande capacidade de companheirismo e ajuda para os que precisaram, mesmo que as pessoas mudem e suas vidas se reorganizem, os amigos devem ser amigos para sempre, mesmo que não tenham nada em comum, somente compartilhar as mesmas recordações.

Sem desmerecer aos demais companheiros de curso, um agradecimento especial ao amigo e companheiro de longa data, Tenente Coronel QOPM Maurício Tortato, que mesmo com tantos afazeres da função sempre esteve colaborando com todos os companheiros prestando todo tipo de apoio.

- Ao companheiro Major QOPM João de Paula Carneiro Filho, que não mediu esforços no apoio para o presente trabalho científico.
- À Professora Helena de Fátima Nunes Silva, pelos ensinamentos e orientações em sala de aula.
- Ao Sr. Coronel QOPM Altair Mariot, pelo acompanhamento na Avaliação de Conteúdo.
- À Prefeitura Municipal de Campo Mourão, que não mediu esforços em fornecer cópia do Projeto Formando Cidadão que serviu de análise e fonte de referência ao trabalho.
- Ao Sr Tenente Coronel Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição, Comandante do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar, que foi o Orientados de Conteúdo nesta pesquisa.
- À Tenente Luciana Kern, do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar de Campo Mourão, pelo apoio como Coordenadora do Projeto Formando Cidadão pelo 11º BPM.

- À Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, através da Senhora Izamara Amado de Moura, Secretária Municipal de Assistência Social, que não mediu esforços em fornecer cópia do projeto municipal que serviu de referência bem como pelo apoio no presente trabalho.

- A todos que de uma forma ou de outra colaboraram na presente pesquisa.

## **DEDICO**

Ao meu pai (*in memoriam*) José Faustino da Silva e minha mãe Maria Rodrigues da Silva, que não mediram esforços para que tivesse uma boa formação.

A Dalva Maria Vieira Faustino, minha esposa, Caroline Vieira Faustino e Larissa Vieira Faustino, minhas filhas pela compreensão de minha ausência, mas agradecido pelo apoio prestado proporcionando que completasse este curso.

## RESUMO

A importância do sistema de prevenção de um país não pode ser subestimada. Para a sistematização da proposta, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na análise de Programas Sociais Municipais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco. Este Trabalho Técnico-Científico foi elaborado depois de uma intensa busca de material e aprofundamento da pesquisa sobre programas e projetos sociais. O mesmo propõe ações para que os Municípios do Estado do Paraná com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mais precisamente da Região Noroeste que ainda não tenham nos governos municipais, programas voltados para a redução da Violência e Criminalidade reflitam sobre a questão e adotem a proposta. Para a elaboração da presente pesquisa, foi escolhida a Região Noroeste do Paraná pelas características próprias propostas ao tema. A busca se baseou em dados obtidos através do acompanhamento de dois programas sociais municipais previamente escolhidos por terem entre a grade de instrutores e monitores Policiais Militares que além de suas atividades junto à Corporação desempenham com grande profissionalismo eventos sociais e esportivos, acompanhando e ministrando as mais diversas atividades para os frequentadores dos projetos. Os resultados apontaram para os efeitos benéficos que são frutos advindos dos investimentos nos programas sociais municipais. A amostra colhida foi a seguinte: Projeto Formando Cidadão da Cidade de Campo Mourão, Pr. Que funciona em conjunto com a Prefeitura Municipal de Campo Mourão e com o Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar, e o Projeto Alternativo da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, Pr. Que funciona também em conjunto com o Sétimo Batalhão de Polícia Militar. Como produto desta pesquisa, apresenta-se a proposta para a implementação de programas sociais municipais visando a redução da violência e criminalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programas Sociais, Redução da Violência e Criminalidade, Região Noroeste do Paraná, Índice de Desenvolvimento Humano.

## ABSTRACT

The importance of the prevention system of a country cannot be underestimated. For the systemization of the proposal, a qualitative research of exploratory character was accomplished, based in the analysis of Municipal Social Programs that work with children and adolescents in risk situation. This technician-scientific paper was elaborated after an intense material search and an extensive research on programs and social projects. It proposes actions so that the municipal districts of the State of Paraná with low Human Development Index (HDI) reflect on the subject and adopt the proposal, more precisely the municipal districts of the Northwest Area that still have not in the municipal governments programs for the reduction of the violence and criminality. For the elaboration of the present research, it was chosen the Northwest Area of Paraná because the specific characteristics that were proposed to the theme. The search based on data obtained through the attendance of two municipal social programs chosen previously for having Military Policemen into the instructors and monitors grade, who besides their activities to the Corporation also participates in social and sporting events, accompanying and supplying the most several activities for the visitors of the projects. The results pointed for the beneficial effects that are consequences of the investments in the municipal social programs. The picked sample was the following: Project "Forming Citizen" of Campo Mourão, in Paraná, that works in partnership between the City Hall of Campo Mourão and the Eleventh Battalion of Military Police; and the Alternative Project of the City Hall of Cruzeiro do Oeste, in Paraná, that also works in partnership with the Seventh Battalion of Military Police. As product of this research, comes the proposal for the implementation of municipal social programs seeking the reduction of the violence and criminality.

**Keywords:** Social programs; Reduction of the violence and criminality; Northwest of Paraná; Human Development Index.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	16
1.2 JUSTIFICATIVA .....	18
1.3 OBJETIVOS .....	22
1.3.1 Objetivo Geral. ....	22
1.3.2 Objetivos Específicos....	22
<b>2 LITERATURA PERTINENTE.....</b>	<b>23</b>
2.1 PROGRAMAS SOCIAIS.....	23
2.2 VIOLÊNCIA... ..	28
2.3 CRIMINALIDADE.....	33
2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	36
2.5 DESCENTRALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	38
2.5.1 O Papel do Município... ..	41
2.5.2 Participação Popular na Gestão da Segurança Pública... ..	45
2.5.3 Dilemas da Descentralização... ..	49
2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A QUESTÃO POLICIAL.....	53
2.7 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E Á VIOLÊNCIA.....	57
<b>3 PROGRAMAS A SEREM APRESENTADOS. ....</b>	<b>60</b>
3.1 PROJETO ALTERNATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE PARANÁ... 60	
3.1.1 Programa Alternativo Municipal.....	64
3.1.2 Programa Karatê-Piá no Esporte.....	65
3.1.3 Programa Jovem Jardineiro.....	65
3.2 PROJETO FORMANDO CIDADÃO CAMPO MOURÃO PARANÁ... ..	66
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>72</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO... ..	72
3.2 COLETA DE DADOS... ..	73
3.2.1 Amostra.....	73
3.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE.....	74
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS... ..</b>	<b>75</b>

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS...</b>	<b>77</b>
----------------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS...</b>	<b>81</b>
-----------------------	-----------

## **ANEXOS**

<b>ANEXO A – Municípios do Paraná com Índice de Desenvolvimento Municipal, Índice de Desenvolvimento Humano por Regiões.....</b>	<b>87</b>
--	-----------

<b>ANEXO B – Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro do Oeste, Paraná.....</b>	<b>91</b>
--	-----------

<b>ANEXO C – Projeto Formando Cidadão, Município de Campo Mourão, Paraná.....</b>	<b>101</b>
---	------------



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICAM	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO MOURÃO
BPM	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
CSP	CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA
DARE	DRUG ABUSE RESISTANCE EDUCATION
FIA	FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDH-M	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
ONGs	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PSP	POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
PPS	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
PPC	PARIDADE DO PODER DE COMPRA
PM	POLICIAL-MILITAR ou POLÍCIA MILITAR
PMPR	POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
PROERD	PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA
QOPM	QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES
RDH	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
SENAC	SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO
SENAR	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
SESC	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
SESI	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SUAS	SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
UFTPR	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

## 1 INTRODUÇÃO

O problema da violência e da criminalidade no Brasil cada vez mais atrai a atenção da opinião pública e dos governantes. A preocupação é plenamente justificável, pois o número de homicídios por habitante praticamente dobrou no Brasil nos últimos vinte anos. Entretanto, a quantidade de estudos científicos sobre o tema não mostra um crescimento na mesma velocidade. Várias podem ser as causas para esta escassa produção. Há que se admitir que a criminalidade é um tema complexo, que envolve as mais variadas áreas do conhecimento, que vão desde a Sociologia, Psicologia e Criminologia até a Demografia e a Economia. Porém, verifica-se que neste contexto multidisciplinar, a economia certamente tem contribuições importantes na determinação das causas da criminalidade e na avaliação de suas consequências negativas para o desenvolvimento econômico. (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Oliveira (2005), são poucas as pesquisas realizadas por economistas sobre o tema. Isto em parte é explicado pela falta de dados disponíveis ou pela pouca qualidade dos mesmos, mas também pode ser explicado pelas limitações impostas pelos modelos tradicionais existentes, pois praticamente todos utilizam modelos baseados exclusivamente em Becker (1968). Vale ressaltar a exceção dos trabalhos de Mendonça (2001) e Cerqueira e Lobão (2003b).

No caso de trabalhos empíricos, existem alguns poucos trabalhos que utilizam todo o país como base de dados, cabendo citar Araújo Jr. e Fajnzylber (2001a, b), Mendonça (2001), Kume (2004) e Gutierrez et al (2004). Estes trabalhos utilizam dados longitudinais estaduais para relacionar o problema da criminalidade com algumas variáveis econômicas. O problema é que, na busca pelos fatores determinantes da criminalidade, as cidades têm um papel fundamental, pois o crime é certamente um fenômeno local, uma vez que diferentes cidades dentro de um Estado têm níveis de criminalidade muito diferentes. A mudança de cidade implica em uma mudança relevante que não pode ser desconsiderada. As cidades apresentam uma grande variedade de níveis de desenvolvimento econômico, de tamanho e de culturas.

Este poderia ser o caso, por exemplo, de cidades do Rio Grande do Sul colonizadas por alemães, que certamente diferem daquelas colonizadas por italianos ou portugueses, as cidades do Paraná colonizadas por japoneses que diferem das

colonizadas por poloneses, e assim por diante. Em suma, cada cidade tem um ambiente próprio que vai afetar seus índices de criminalidade.

Conforme o Guia para a Prevenção do Crime e da Violência, o Brasil tem experimentado problemas crescentes quanto à segurança pública, mas eles não são os mesmos em todas as regiões e em todas as cidades. Pelo contrário, o que se observa é o surgimento de tendências diversas na evolução do crime e da violência em cada região. Pode-se afirmar que, a par das semelhanças e das dificuldades comuns, cada município possui seus próprios problemas devendo produzir suas próprias soluções.

Isso implica a necessidade de diagnósticos particulares capazes de identificar as características locais do crime e da violência, bem como os fatores de risco e as causas que agenciam tais fenômenos. Isto significa, também, que não há receitas que sejam válidas para todas as situações e que possam substituir a elaboração concreta de políticas públicas em cada município. (GUIA, 2002)

Com todas as informações disponíveis na mídia, os órgãos de imprensa divulgam e deixam as pessoas cada vez mais assustadas com os episódios recentes de violência letal e clamam por medidas que combatam, eficazmente, a violência e criminalidade que sobre eles se abate.

O que interessa mais diretamente é avaliar a situação de cada cidade, ou melhor, aquilo que a municipalidade e sua gente podem fazer para reduzir os níveis de violência e criminalidade. O ordenamento jurídico brasileiro determina papéis claros para cada um dos entes federativos no que se refere à segurança pública.

Aos municípios, cabe atuar supletivamente no combate à criminalidade, uma vez que eles não têm polícias, nem comandam a Justiça. Como determina a Constituição Federal de 1988, os municípios devem colaborar com a União e os Estados nas tarefas de promoção da segurança pública. Mas há diversas maneiras de colaborar, e é justamente isto que as populações locais precisam debater e decidir.

Conforme o estudioso Marcos Lobato Martins, em seu artigo A Municipalidade e a Segurança Pública, a ampla maioria dos municípios limita-se a fornecer o mínimo de recursos para a atuação das polícias e da justiça. Os prefeitos destinam verbas para combustível das viaturas policiais, fornecem funcionários para delegacias e fóruns, pagam aluguéis de imóveis utilizados pelas repartições policiais, em alguns casos chegam até a arcar com as despesas de moradia de agentes

graduados do sistema de Justiça criminal. Não há dúvida de que são ações importantes. Porém, também é evidente que são insuficientes.

Os municípios podem ir além da complementação de recursos financeiros e de pessoal. Mais do que a União e o Estado, o município pode atuar num campo fundamental para o combate à violência e criminalidade, o da prevenção. A proximidade com as populações facilita este trabalho, o que faz do município, talvez, o elo mais importante na corrente da promoção da segurança pública. Felizmente, há muitos casos de êxito espalhados pelo mundo e pelo País, experiências acumuladas que devem ser divulgadas e estudadas. Há possibilidades de replicação e de adaptação de estratégias usadas por cidades para prevenir a violência e enfrentar a criminalidade. É chegada a hora de os municípios abandonarem o velho padrão de apenas fornecer recursos adicionais para as polícias e para a justiça, enveredando pela construção ativa de políticas públicas voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos. No bojo destas políticas, muito poderá ser feito para a prevenção.

O ponto de partida para esta mudança de abordagem salta aos olhos. Nada será conseguido se não houver mobilização e articulação local. Será preciso tirar as pessoas de seus refúgios privados, trazê-las para o espaço público, buscar sua real participação na formulação das políticas locais de segurança pública. A participação é importante na medida em que não há segurança sem que as pessoas compreendam os riscos que correm e façam, elas mesmas, o que podem para controlá-los ou evitá-los. A participação é importante para se fazer passagem da normatividade burocrática e autoritária para uma normatização mais bem aceita pelos que devem internalizar e praticar suas regras. Em termos práticos, fomentar esta participação poderá exigir a criação de um “Fórum Municipal de Segurança Pública”, ou alguma instância equivalente, que agregue entidades públicas e privadas na discussão sobre estratégias de prevenções.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema da criminalidade passou a ser assunto obrigatório para todos os meios de comunicação de massa do país, incorporou-se ao discurso político e modificou o “modus vivendi” da população. Esta mudança de comportamento inclui desde a escolha de tipos de moradias, sua localização, até cuidados pessoais, tais como: horários, trajetos, opções de lazer, locais freqüentados, meios de transporte, escolas e outros procedimentos.

A história recente tem sido marcada pelos grandes avanços tecnológicos, pelos processos de globalização, internacionalização, regionalização e por ondas crescentes de democratização. Dentro desse contexto, principalmente a partir dos anos de 1980, configurou-se um quadro de desequilíbrio em todos os países, assumindo proporções mais preocupantes nos países em desenvolvimento, sendo esse o caso da América Latina, com índices negativos de crescimento exceto no Brasil e Colômbia, crescente aumento da dívida externa e do processo inflacionário, agravamento da baixa qualidade de vida e dos índices de pobreza da região, e conseqüentemente do grande aumento da violência e criminalidade.

Assim, o dilema do combate em todas as esferas nacionais, estaduais e municipais adquiriu importância crescente no debate sobre as condições de enfrentamento da crise das últimas décadas, abrangendo a discussão de questões como: agregar todos os setores da comunidade para vencer este crescente dilema, como investir em programas sociais para conseguir diminuir o mal causado por elas, aumentando assim a qualidade de vida dos cidadãos passando a ter uma sociedade melhor estruturada.

Duas dessas questões apresentam-se extremamente relevantes para o desenvolvimento deste trabalho: se existem programas sociais municipais visando a redução nos municípios escolhidos da Região Noroeste, e se os mesmos poderão ser implementados em outras cidades da mesma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No Brasil, observa-se, nas últimas décadas, a transferência dos encargos sociais de outros entes da federação para o município, sobretudo nas áreas de educação e saúde e por que não dizer na área da segurança, talvez por seguir o pressuposto corrente que, potencialmente, teriam maiores possibilidades de gestão,

o que é verdade, se for considerado a sua proximidade com a população e a viabilidade de conhecer e satisfazer as demandas sociais inclusive por um processo formal de participação popular com maior transparência. (GESTÃO, 2008).

Nesse sentido, a administração pública gerencial é essencial para os municípios atenderem plenamente as suas novas atribuições, já que essa abordagem pressupõe a descentralização, a eficiência, ações voltadas para o atendimento dos cidadãos e o controle por resultados.

O governo municipal existe para cumprir a missão de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade pela qual é responsável todavia, a sua existência e continuidade dependem da geração de resultados positivos obtidos por meio das atividades/projetos e programas de governo.

Os produtos dos programas podem estar relacionados às funções administrativas e de apoio, programas meio, assim como a benefícios gerados à população na forma de bens ou serviços, programas fim.

A formulação das atividades sociais voltadas para a redução da violência e criminalidade, por sua vez, dependem da escolha das ações e projetos que os compõem para o alcance dos objetivos municipais. Como os recursos públicos são escassos, devem-se comparar as alternativas possíveis em termos de custos e benefícios, sobretudo quanto aos programas apresentados, tendo em vista serem eles a causa imediata dos benefícios gerados à população.

Há que se salientar que programas sociais criam oportunidades únicas para os jovens de famílias de baixa renda que passam a ter capacitação profissional e maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Ao serem dadas oportunidades aos jovens hoje, é evitar que amanhã eles se somem às estatísticas de desemprego e até da violência urbana.

A análise custo-benefício dos referidos programas pode representar uma forma de diminuir o déficit social existente, pois a evidenciação de pontos indicativos da falta de eficiência ou eficácia na gestão dos recursos públicos dá condições aos administradores de ajustarem o plano de ação para aumentar a qualidade e/ou a quantidade dos bens ou serviços públicos oferecidos para sua comunidade.

Diante do exposto, este trabalho, além de ser uma tentativa, em termos de construção de uma nova reflexão sobre a aplicação dos programas sociais municipais, irá buscar resposta ao seguinte questionamento: os investimentos em

Programas Sociais Municipais contribuem para a redução da violência e criminalidade em municípios da Região Noroeste do Paraná?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O desafio do enfrentamento maduro e democrático aponta que o problema aflige a todos, independente do extrato social. Mas a solução repousa nos entes governamentais, Organizações não Governamentais (ONG's) e múltiplos agentes sociais. Quando falha o controle social dos aparelhos ideológicos da sociedade (família, igreja, clube, associações, mídia) e o aparato público das políticas sociais é ineficiente, clama-se pelo monopólio da força estatal via porta de entrada do sistema de justiça criminal: a polícia. Objeto de amor e ódio, de duras críticas ou exaltações apaixonadas. (XAVIER, 2008).

Para fugir do antagonismo dos discursos repressivos ou sociais é necessário ressaltar: o combate à criminalidade e o problema da violência não dependem apenas dos órgãos policiais.

Segundo Xavier (2008), bom começo é estabelecer distinções entre Política de Segurança Pública (PSP) e Políticas Públicas de Segurança (PPS). O primeiro conceito refere-se às atividades tipicamente dos experts, a atuação policial em sentido estrito. Já o segundo, engloba diversas políticas de governo e ações sociais, além de programas sociais que sofrem ou causam impactos na violência e criminalidade, onde a falta de segurança pública denota sintomas que o Estado e a Sociedade Civil não estão invertendo de maneira conjugada com suas funções políticas, missões sociais e administrações eficientes.

Nas cidades, em contraponto ao meio rural, onde aumenta a violência e insegurança, o desamparo dos segmentos urbanos mais vulneráveis pelas prefeituras obriga Estados e União a ampliarem suas intervenções repressivas.

Se a atuação das prefeituras por determinação constitucional é ínfima na Política de Segurança Pública, sua responsabilidade nas Políticas Públicas de Segurança é enorme. Deve-se exigir que cada esfera faça sua parte correspondente ao invés de redesenhar competências. Integração permanente de responsabilidades. Mais investimentos municipais nas causas concretas da violência

e criminalidade, maior será a legitimidade e a eficiência das Políticas de Segurança Pública.

A filosofia das Políticas Públicas de Segurança tem amparo no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 ao afirmar que a segurança é um direito social, tanto quanto educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência, proteção à maternidade/infância e assistência aos desamparados. Quando ausente somente um destes direitos, a segurança põe-nos em risco física ou psíquica, individual ou coletivamente. A nova concepção de segurança deve ser entendida como integrante do rol dos direitos sociais, merecedores de implementação contínua.

O artigo 144 da Constituição Federal preconiza o dever do Estado na promoção de ações para uma convivência pacífica, igualitária e ordeira, mas a responsabilidade recai sobre todos nas sociedades democráticas. O Estatuto da Cidade ao regulamentar a Política Urbana constitucional, estabeleceu normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, equilíbrio ambiental, bem-estar e segurança dos cidadãos a serem inseridas nos Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Urbano.

Há muito se prega no âmbito da instituição policial militar, que se deve priorizar o combate à violência em suas causas, vez que, historicamente, as atividades sempre foram exercidas sobre os efeitos da violência, cujos resultados são estampados diariamente em todos os meios de comunicação existentes.

O trabalho de prevenção a essas causas (desajustes familiares, alcoolismo, desemprego, déficit habitacional, precarização da saúde, perda de direitos trabalhistas, impunidade, corrupção em diversos setores públicos, dentre outros) não precisa necessariamente ser exercido pelo policial militar, no entanto, os efeitos (a violência) que o policial sempre combateu, tendem a diminuir com a implementação de ações em algumas dessas causas, não importando quais sejam os atores desse processo. A comunidade deve estar empenhada para as causas das prevenções.

Quais seriam os atores desse processo que se quer atingir com a realização da presente pesquisa?

Na primeira atuação em que muitas vezes ocorre a cobrança de toda a sociedade tem-se os municípios, pois nele se reside e é onde a comunidade busca de forma ordeira sua convivência harmoniosa e que os índices de violência e mesmo a criminalidade estejam dentro do tolerável, sendo que a implementação de programas sociais contribuirá de maneira significativa para a redução.



Alarmados com a elevação das taxas criminais e pressionados no sentido de garantir a segurança dos cidadãos, os municípios brasileiros optaram por investir em segurança pública como forma de impedir a piora contínua da qualidade de vida da localidade sob sua administração. Ainda que, constitucionalmente, não seja função municipal o destino de recursos financeiros às organizações policiais ou o fomento à participação popular na gestão da segurança pública, devem assim os administradores que ainda não têm em seus projetos a preocupação com a segurança de sua comunidade deixando de lado e afirmando que é função do estado, repensar suas decisões pois, cada vez mais, a comunidade quer e procura proteção, independente da responsabilidade, se do município, do estado ou da união.

O planejamento e a articulação de ações entre os diversos órgãos governamentais buscam a efetiva realização de políticas públicas de inclusão e proteção social em todos os municípios paranaenses. Desta forma, o governo busca descentralizar suas ações atingindo todos os municípios para que a população tenha acesso aos seus projetos principais de assistência municipal. Políticas efetivas visando a redução criminal devem fazer parte de todos os planejamentos destes gestores, pela importância que representam.

Para os Governantes, programar este tipo de iniciativa significa, muitas vezes, alcançar suas metas organizacionais de prestação de serviços buscando a resolução de dilemas da sociedade, a participação social agrega valor ao governo, bem como oferece possibilidade de realização pessoal e/ou profissional dos funcionários.

No que tange à Polícia Militar do Paraná (PMPR), cabe salientar que a situação de paz pretendida pelo setor de segurança pública, só é possível ser alcançada se houver um grau de estabilidade em diversos outros setores como os da saúde, habitação, economia, etc. Em situação desfavorável, o setor de segurança pública tem se desdobrado, sacrificando-se em função dos relacionamentos conflituosos que surgem em decorrência da luta desleal pela sobrevivência.

A correta aplicação de investimentos sociais visando a redução, busca a diminuição destes males que afligem a sociedade, além de proporcionar uma maior consciência dos direitos e deveres às pessoas, conduzindo-as a uma política de relacionamentos mais humanitários. Embora tendo efeitos positivos dos planejamentos sociais sobre a área da segurança pública, não há uma aferição

adequada dos níveis desses impactos; isso tem dificultado o estabelecimento da importância dessas ações para a sociedade, pois não eram consideradas, até então, como estratégias de promoção de segurança pública e nem como promotoras de cidadania, prevalecendo unicamente o conceito de “ajuda” aos desprovidos.

Com esta referência apresenta-se uma fonte de consulta sobre a importância dos investimentos em programas sociais para a redução da criminalidade e violência em municípios da região Noroeste do Paraná com baixo IDH. Considerando-se que os acadêmicos dos diversos setores, e, no caso em particular, das Ciências Sociais que buscam matérias relativas ao caso, terão com a presente pesquisa a possibilidade em comparar ou discorrer sobre a importância de se apresentar para a sociedade e às autoridades municipais ou estaduais programas sociais voltados para reduzir os índices violentos e criminais nas cidades.

Nesta ótica, verifica-se a grande necessidade da implementação de ações concretas com programas sociais municipais, principalmente, nos municípios com baixo IDH, e neste caso em particular na região noroeste do Paraná, buscando atingir tais reduções, partindo assim para caracterizar a importância da pesquisa para que possa subsidiar nossos dirigentes municipais a buscar aplicar determinada parcela dos investimentos municipais em programas sociais que possam reduzir estes índices.

### 1.3 OBJETIVOS

Neste item são incluídos o objetivo geral e os objetivos específicos, que norteiam o presente trabalho.

#### 1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo da presente pesquisa foi verificar se a aplicação dos programas sociais analisados dos municípios da Região Noroeste do Paraná esta voltada para a redução da violência e criminalidade, e se podem ser difundidos para outros municípios principalmente aqueles que possuem baixo IDH.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os programas sociais selecionados.
- b) Verificar se apresentam resultados positivos em relação à diminuição da violência e criminalidade.
- c) Indicar para a Corporação com a presente pesquisa, o Programa Social que melhor se destina para a redução dos índices de violência e criminalidade.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA PERTINENTE

A revisão literária se dará na busca de dados correlatos ao tema procurando abordar a coleta e produção de material pertinente para subsidiar a pesquisa, a seguir apresentando alguns conceitos relacionados ao trabalho de pesquisa.

### 2.1 PROGRAMAS SOCIAIS

Programas Sociais Públicos representam o conjunto de políticas públicas sociais que visam atingir a melhor distribuição de benefícios sociais à população focalizada. Devem trazer implícitos os princípios de democratização nas esferas de decisão. São ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, recursos, responsabilidades e avaliação.

Os programas sociais nascem para mudar uma situação indesejada. Os programas são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para outro mundo possível. Uma boa definição é formulada por Domingos Armani "um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades, baseados em uma quantidade limitada de recursos e de tempo". (ARMANI, 2000).

Os programas sociais tornam-se, assim, espaços permanentes de negociação entre as utopias pessoais e coletivas, e o desejo de mudar as coisas e as possibilidades concretas que temos para realizar estas mudanças na realidade.

A elaboração de um projeto implica em diagnosticar uma realidade social, identificar contextos sócio-históricos, compreender relações institucionais, grupais e comunitárias e, finalmente, planejar uma intervenção, considerando os limites e as oportunidades para a transformação social.

Os programas sociais não são realizações isoladas, ou seja, não mudam o mundo sozinhos. Estão sempre interagindo, através de diferentes modalidades de

relação, com políticas e programas voltados para o desenvolvimento social. Um programa não é uma ilha.

Neste sentido, os programas sociais podem tanto ser indutores de novas visões, pelo seu caráter demonstrativo de boas práticas sociais, quanto atuarem na gestão e execução de projetos já existentes.

Políticas públicas são aquelas ações continuadas no tempo, financiadas principalmente com recursos públicos, voltadas para o atendimento das necessidades coletivas. Resultam de diferentes formas de articulação entre Estado e sociedade. A tomada de decisão quanto à direção das ações de desenvolvimento, sua estruturação em programas e procedimentos específicos, bem como a dotação de recursos, é sancionada por intermédio de atores governamentais. Num modelo de gestão participativa, é desejável que estas vontades resultem de uma boa articulação da sociedade civil com o Estado, permitindo que a sociedade civil compartilhe não apenas a execução, mas, sobretudo, os espaços de tomada de decisão, atuando no planejamento, monitoramento e avaliação destas condições.

O desafio das atividades públicas é assegurar uma relação de participação e boa articulação entre os entes sociais envolvidos nas instâncias de gestão compartilhada. Este é o caso dos conselhos setoriais que vêm se estabelecendo em várias áreas das políticas sociais tendo como finalidade um modelo de participação.

Um programa social é uma unidade menor do que uma política e a estratégia de desenvolvimento social que esta implementa. Os programas contribuem para transformação de uma problemática social, a partir de uma ação geralmente mais localizada no tempo e focalizada em seus resultados. A política pública envolve um conjunto de ações diversificadas e continuadas no tempo, voltadas para manter e regular a oferta de um determinado bem ou serviço, envolvendo entre estas ações projetos sociais específicos.

Vale lembrar que há também muitos programas sociais que não estão diretamente ligados a uma política pública governamental. Operam com recursos públicos e privados provenientes de agências de cooperação internacional. Mas, ainda assim, nestes casos, os projetos estarão ocupando um espaço de mediação e interlocução com as políticas públicas nacionais no campo do desenvolvimento social, ou seja, também são públicos.

Por que, atualmente, se fala tanto em programas sociais?

Por que, cada vez mais, as formas de intervenção ou iniciativas de ação social acontecem em forma de programas?

Por que, de forma crescente, o mais variado tipo de instituições vêm exigindo a apresentação de programas?

Os programas sociais são uma importante ferramenta de ação, amplamente utilizada pelo Estado e pela Sociedade Civil. Para entender porque os programas sociais tornaram-se esta matéria tão difundida, é necessário perceber as mudanças ocorridas nas últimas décadas, tanto nas esferas estatais como na Sociedade Civil brasileira. Tais mudanças apontam para formas alternativas de implementação das políticas sociais.

Em outras palavras, houve uma democratização em aspectos fundamentais da intervenção do Estado na sociedade, tais como eleições livres e diretas, descentralização, formação de mecanismos mais amplos de comunicação e de controle social, implementação de instrumentos de governança com maior visibilidade, além de novas formas de participação na elaboração dos orçamentos e das políticas públicas. Estamos falando de orçamentos participativos, conselhos de direitos, elaboração de estatutos de cidadania, fóruns, entre outras formas de democratização das atividades do Estado.

Ao mesmo tempo em que a Sociedade Civil, com sua heterogeneidade, vem se fortalecendo e desenvolvendo novas formas de organizações (não-governamentais, redes, entre outras), ela se converte em protagonista da ação social. Isto quer dizer que vem atuando de forma direta nas questões sociais e também participando ativamente na elaboração de políticas públicas. Atualmente, um amplo conjunto de organizações sociais consegue uma melhor articulação entre si e com o Estado no desenvolvimento de agendas de ação conjunta.

A partir dessas mudanças, se configura um novo quadro de relações entre o Estado e a Sociedade Civil. (GUIA, 2003).

Apesar dos programas sociais serem desenvolvidos no Brasil há muitos anos, só recentemente surgiu a necessidade de pensar em formas estruturadas de monitorar e avaliar os resultados dos investimentos que vêm sendo realizados.

Esta necessidade deve-se, em grande parte, à entrada das empresas, como financiadoras, no terceiro setor.

Uma vez que uma empresa doa recursos (principalmente financeiros) para uma organização social, ela precisa justificar para seus proprietários e acionistas,

como este recurso está sendo aplicado e como este investimento beneficia a empresa doadora.

É claro que este benefício não precisa ser financeiro também, pode vir na forma de qualificação de mão de obra a ser usada pela firma no futuro, ou capacitação de pessoal que poderá ser consumidor de seus produtos, ou melhoria na imagem institucional, ou melhoria do clima organizacional entre os funcionários, entre tantas outras formas.

As primeiras ações de avaliação e monitoramento foram implantadas por ONGs, que começaram a perceber a necessidade de mostrar quais os resultados estavam sendo atingidos e, desta forma, manter os financiadores atuais e atrair novos.

O que se verifica agora, é que empresas financiadoras, além de precisarem de informações sobre os resultados alcançados por cada programa apoiado, começam a precisar de ferramentas que as auxiliem a comparar seus vários investimentos. Ferramentas que as ajudem a redirecionar o foco de investimento social e a aumentar o retorno sobre os investimentos já realizados.

Surge então uma nova necessidade em termos de avaliação e monitoramento: o foco não é mais como avaliar um programa isoladamente, mas como comparar investimentos sociais e definir como investir seus recursos da forma mais produtiva.

Esta avaliação pode ser feita com base nas informações obtidas das organizações apoiadas e em outras, obtidas pela própria empresa financiadora.

O desafio das empresas financiadoras é padronizar e comparar informações sem, no entanto, perder dados importantes sobre cada um dos programas apoiados. (GOLDSCHMIDT, 2007/08).

As ações de Assistência Social visam assegurar benefícios e serviços que se encontram, inseridos tanto no âmbito da Proteção Social Básica como no da Proteção Especial conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, bem como efetivar o processo de criação e consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

As ações de Cidadania e Renda, obedecem ao novo paradigma da Assistência Social como política pública, articulando a dimensão distributiva desta política, sustentada pela perspectiva de construção da cidadania e perspectiva de emancipação social. Passando a ter atribuições de articulação e parcerias, com

programas de transferência de renda, capacitação ocupacional e cidadã e inclusão produtiva.

Pesquisar, avaliar e monitorar políticas públicas e programas sociais é hoje uma exigência de amplos segmentos da sociedade, é condição “sine qua non” para o êxito da intervenção na realidade social. Impõem-se no sentido de evitar a ineficiência na gestão de recursos, imprescindíveis num contexto democrático. (MANAUS, 2008).



## 2.2 VIOLÊNCIA

Etimologicamente, o termo violência vem do latino *violentia*, palavra composta de *vis* que quer dizer força, ou seja, é a aplicação de uma força sobre algum objeto ou fato. Hoje, significa uma “agressão física ou moral, direta ou indireta, individual ou coletiva, contra a pessoa, atingindo-lhe bem jurídico de que é titular, como a honra, a liberdade, a integridade física, a vida” (VALVERDE, 2000).

Para todos os efeitos, guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito, a violência se manifesta de várias maneiras. Na comunidade internacional de direitos humanos, ela é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura). As formas tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, seqüestros, roubos e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades. Não é possível deixar de lado, no entanto, as diferentes formas existentes no campo.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provocam sobre as pessoas e as regras de convívio na cidade, esta interfere no contexto social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida das pessoas. Assim, os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivildades. Gangues urbanas, pixações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças malcuidadas, sujeira em período eleitoral compõem o quadro da perda da qualidade de vida. Certamente, o tráfico de drogas, talvez a ramificação mais visível do crime organizado, acentua esse quadro, sobretudo nas grandes e problemáticas periferias.

Hoje, no Brasil, a violência, que antes estava presente nas grandes cidades, espalha-se para cidades menores, à medida que o crime organizado procura novos espaços. Além das dificuldades das instituições de segurança pública em conter o processo de sua interiorização, a degradação urbana contribui decisivamente para ele, já que a pobreza, a desigualdade social, o baixo acesso popular à justiça não são mais problemas exclusivos das grandes metrópoles. Na última década, a

violência tem estado presente em nosso dia-a-dia, no noticiário e em conversas com amigos. Todos conhecem alguém que sofreu algum tipo de agressão. Há diferenças na visão das causas e de como superá-las, mas a maioria dos especialistas no assunto afirma que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e social sejam colocadas em ação. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos. É preciso aliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade dos moradores das periferias, sobretudo dos jovens, à repressão ao crime organizado. Uma tarefa que não é só do Poder Público, mas de toda a sociedade civil. (VIOLÊNCIA, 2008).

O crescimento da violência urbana e a crise dos sistemas penitenciário, judiciário e policial são temas que vêm ocupando um grande espaço no noticiário brasileiro nos últimos anos. A crescente criminalidade e a impunidade têm como uma das conseqüências mais visíveis a sensação de insegurança e medo da população que, cada vez mais, busca mecanismos próprios de proteção: grades nas janelas, portas trancadas, carros blindados, armas de fogo e sistemas de segurança privada fazem parte do cotidiano de uma parcela da população que busca se proteger a todo custo. Além disso, ocorre a fragmentação dos laços comunitários e promove o distanciamento entre as pessoas.

Como resposta a esta problemática, surgem no cenário político propostas que privilegiam o endurecimento das políticas de combate à criminalidade, reformas no sistema penitenciário e reestruturação policial, com o objetivo do controle e redução, só é possível trabalhar o tema enfocado da perspectiva da saúde pública, se consideramos como parte do universo da saúde tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais, e à qualidade da existência. Isto implica pensar a violência não como um objeto próprio ao campo da saúde, mas considerando-a em sua complexidade de fenômeno social e político.

Afirmar que ela é um problema de saúde pública significa considerar a mesma não em suas conseqüências para o indivíduo, mas para os grupos populacionais, cujo modo privilegiado de enfrentamento são medidas preventivas.

Ou seja, as ações, no campo da saúde pública, fundamentam-se na freqüência e distribuição da violência na população, e no reconhecimento de seus determinantes ou fatores de risco visando a sua prevenção.

As estratégias de prevenção atuam nos fatores de risco, com o objetivo de evitar a ocorrência e promover a saúde da população. Para evitar que algo aconteça,

é preciso prever, é preciso conhecer os mecanismos que levam ao agravo para agir antecipadamente e impedir a sua ocorrência. Neste sentido, um dos fundamentos da prevenção é cortar elos. Na saúde pública, são três os níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. A prevenção primária compreende medidas de promoção da saúde e proteção específica, cujo objetivo é evitar que a violência se manifeste. Para isso atuam nos fatores de risco, para reduzir a exposição de grupos populacionais ou fortalecer mecanismos protetores. A prevenção secundária, por sua vez, compreende medidas de diagnóstico e tratamento precoce dos casos, com o objetivo de limitar os danos quando ela já ocorreu. Na prevenção terciária estão compreendidas as medidas de tratamento e reabilitação de casos estabelecidos.

A aplicação deste modelo para o combate não se dá sem dificuldades, uma vez que é importante levar em consideração não só os efeitos da violência para a saúde física e psíquica das vítimas, prevenindo assim a morbimortalidade secundária, mas também a ocorrência da violência em si mesma, não só como crime mas também nas suas várias formas de expressão na família e no convívio social. (PERES, 2002).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), ato violento vem a ser o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra outra pessoa ou contra si próprio ou contra outro grupo de pessoas, que resulte ou tenha grande possibilidade em resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento, ou privação.

A crescente violência e a impunidade têm como uma das conseqüências mais visíveis a sensação de insegurança e medo da população que, cada vez mais, busca mecanismos próprios de proteção: grades nas janelas, portas trancadas, carros blindados, armas de fogo e sistemas de segurança privada fazem parte do cotidiano de uma parcela da população que busca se proteger a todo custo. Além disso, a violência fragmenta os laços comunitários e promove o distanciamento entre as pessoas.

Desde os primórdios a questão da violência preocupa a humanidade. Nos tempos mais remotos o ser humano buscava manter os seus semelhantes de forma unida, e assim sobreviver aos animais e as intempéries. Até os dias de hoje a forma é a mesma, só que, além dos já mencionados, surgiram os grandes conglomerados humanos e a violência passou a fazer parte do cotidiano das populações. O uso de

armas de defesa foi sendo institucionalizado para garantir ao mais fraco a possibilidade de sobreviver aos ataques físicos dos mais fortes.

A evolução acabou trazendo o inevitável confronto entre desejos diferentes. Mas, de qualquer forma, pode-se entender que é possível construir uma segurança pública sem violência, e ao serem inseridos programas de Segurança, se busca proporcionar à população uma segurança pública voltada para a proteção do cidadão e assim a fizemos.

O Brasil, nos últimos anos, passou a estar associado, tanto no âmbito interno quanto internacionalmente ao fenômeno do crime e da violência. Tal situação fica pautada pelos conteúdos da mídia nacional e estrangeira, onde são regularmente veiculadas, matérias que mostram rebeliões de presos, conflitos entre a polícia e movimentos sociais, seqüestros, homicídios qualificados, dentre outros.

As estatísticas também mostram que a situação merece ser analisada de forma séria e responsável, para que as políticas possam ser efetivas.

Para se implantar programas e buscar seus resultados, necessário se faz a análise completa da proposta, retornando no tempo, até a instalação da Constituinte de 1988.

A democratização do Brasil, após longos anos de regime de exceção, provocou um inusitado fenômeno nas relações entre os governantes, as forças policiais e a comunidade.

O desvirtuamento das ações do efetivo de segurança pública, com a sua utilização no combate aos opositores do regime, acarretou uma involuntária má vontade da população e, conseqüentemente, dos governantes.

As populações metropolitanas e as de um expressivo número de cidades brasileiras estão sendo fustigadas por um fato que, a cada dia, vem trazendo-lhes ansiedade e angústia: a explosão da violência.

Este fenômeno pode ser visto e percebido em dois grandes eixos: a violência da exclusão social e a violência subjacente à criminalidade sem controle, com destaque para os assaltos, os seqüestros e os homicídios, que vêm alterando, para pior, o nosso já exacerbado ambiente.

A violência, esta grave doença que ataca de forma diversificada os organismos sociais, constitui-se, hoje, em alto nível de insegurança em nosso país.

Além de provocar indignações, que não têm tido a devida ressonância, acarreta volumosas reclamações que não têm sido atendidas, em maioria. É que,

respectivamente, são dirigidas a instituições e órgãos que não têm ou a necessária capacidade de absorvê-las ou a competência legal para solucioná-las. São reclamações certas, feitas, contudo, em lugares errados.

Por que isto acontece? Porque a sociedade civil sofre com a violência, mas entende pouco deste fenômeno, porque não o conhece bem. Tendo noção, mas não tendo convicção, não consegue definir bem o problema que lhe angustia. Aliás, o que nem é de sua responsabilidade e, sim, da sociedade política. Nossos políticos-dirigentes é que devem buscar soluções, resolver a questão satisfatoriamente, iniciando pela sua correta definição e exata delimitação, ensejando o surgimento e um conseqüente exame criterioso de alternativas adequadas, exeqüíveis e aceitáveis. (MEIRELES, 2005).

É necessário que se reportem mais à capacidade reconhecida da comunidade científico-acadêmica brasileira, bem assim à competência dos integrantes de instituições que trabalham exclusivamente com a defesa social no Brasil.

Referidos profissionais não têm sido instados, com a freqüência e a intensidade devida, valendo-se de seu vasto conhecimento técnico-científico e por que não? De sua prática, que se tem mostrado positivamente inovadora.

Segundo Meireles (2005), enquanto isto se assiste a um acontecimento muito preocupante: à medida que a violência vai aumentando, também se banaliza.

É que as pessoas estão trocando a indignação pela resignação. Já não acreditam na eficácia de programas oficiais, nem confiam na capacidade de as autoridades reverterem o quadro, que se agrava mais e mais. Constatase que há, somente, cobranças eventuais, pontuais, isoladas, não mais que isto. Movimentos coletivos, organizados, não têm obtido grandes êxitos em suas cruzadas.

Provavelmente, a causa de insucessos no enfrentamento a esta chaga social esteja no equívoco do foco. Verdadeiramente, a questão da violência no Brasil não está bem focada. De passagem, lembra-se aqui que pressupostos equivocados, ainda que trabalhados com inteligência e obstinação, conduzem a resultados errados.

O governo tem usado ferramentas erradas e conceitos errados na hora de entender o que é causa e o que é conseqüência. O que mata e que destrói está muito mais para sintoma social do que doença social. Aliás, são várias as doenças sociais que produzem violência como um tipo de sintoma.

Portanto, não adianta super-armar a segurança pública, lhes entregando armas de guerra para repressão policial se a “doença” causadora não for identificada e combatida.

Em todo o mundo as principais causas são: o desrespeito a prepotência, crises de raiva causadas por fracassos e frustrações, crises mentais (loucura conseqüente de anomalias patológicas que, em geral, são casos raros).

Exceto nos casos de loucura, ela pode ser interpretada como uma tentativa de corrigir o que o diálogo não foi capaz de resolver. A mesma funciona como um último recurso que tenta restabelecer o que é justo segundo a ótica do agressor. Em geral, a violência não tem um caráter meramente destrutivo. Na realidade, tem uma motivação corretiva que tenta consertar o que o diálogo não foi capaz de solucionar.

Portanto, sempre que houver reação é porque, alguma coisa, já estava anteriormente errada. É essa “coisa errada” a real causa que precisa ser corrigida para diminuirmos, de fato, os diversos tipos de violências.

No Brasil, a principal “ação errada”, que a antecede é o desrespeito. O mesmo é conseqüente das injustiças e afrontamentos, sejam sociais, sejam econômicos, sejam de relacionamentos conjugais, etc. A irreverência e o excesso de liberdades (libertinagens, estimuladas principalmente pela TV), também produzem desrespeito. (CAUSAS, 2008).

## 2.3 CRIMINALIDADE

Nelson Hungria afirma que o crime é, antes de tudo, um fato, entendendo-se por tal não só a expressão da vontade mediante ação (voluntário movimento corpóreo) ou omissão (voluntária abstenção de movimento corpóreo), como também o resultado (*effectus sceleris*), isto é, a conseqüente lesão ou periclitção de um bem ou interesse jurídico penalmente tutelado.

A criminalidade é uma catástrofe social que vem afligindo os cidadãos e preocupando a opinião pública em todo o mundo. A América Latina é um dos continentes, onde esta “barbárie” se apresenta de forma mais intensa, o que vem se tornando um empecilho ao desenvolvimento econômico de todos os países latino-americanos, dentre eles o Brasil.

No país, a criminalidade violenta tem sido nos últimos anos uma epidemia urbana, que se dissemina com grande facilidade entre todas as capitais. Não há como delinear qual o fator preponderante, porém o crescimento exponencial da população, o abrupto processo de urbanização iniciado a partir dos anos 40, a caducidade do código penal, o comércio clandestino de armas de fogo, o descabimento penitenciário, entre outros fatores, são causas estruturais desta explosão de violência em território brasileiro.

Este avanço mundial do crime violento tem estabelecido em toda a sociedade um sentimento generalizado de insegurança e impunidade, que vem comprometendo o bem estar de todos os indivíduos, independentemente da classe social. Os governos alocam um montante cada vez maior de recursos no combate ao crime e os cidadãos recorrem às grades, às cercas eletrificadas e aos altos muros para buscar a reclusão e o isolamento social, tornando-se reféns do próprio medo. Além disso, esse custo social reduz a eficiência do setor legal da economia e desvia recursos e agentes para a atividade econômica ilegal. Todo este montante de recursos gastos e desperdiçados com a criminalidade poderia estar sendo alocados em prol do desenvolvimento econômico, ou ainda mais especificamente em setores prioritários como educação e saúde, com ganhos para toda a sociedade.

Portanto, esse “custo social” torna-se uma forma de medição da perda de bem-estar imposta pelo crime violento. A mensuração dos custos da criminalidade é uma abordagem que vem tendo destaque dentro do escopo da denominada “economia da criminalidade”, que é uma área da Ciência Econômica que se dedica à análise do crime e seu impacto sobre a atividade econômica. (TEIXEIRA, 2005).

A construção de um arcabouço teórico sólido para a explicação das causas da criminalidade em cidades certamente é uma tarefa árdua. Isto porque não são poucas as correntes teóricas distintas que abordam o tema. Na literatura são encontradas diferentes teorias que explicam o fenômeno. Existem aquelas que explicam através de uma patologia individual, as que consideram a criminalidade como um produto de um sistema social perverso, as que entendem o crime como consequência da desorganização social e também existem as teorias econômicas que entendem o crime como um problema econômico de maximização de utilidade. Em todas as abordagens existem contribuições importantes e talvez elas sejam complementares ao invés de excludentes.

Quando tratamos de criminalidade em cidades é necessário considerar que a decisão de cometer um crime envolve um processo evolutivo anterior ao momento da decisão em que o ambiente de cada cidade é fundamental neste processo. Uma cidade constitui um macrossistema próprio que afeta não somente o custo moral, mas também o custo de oportunidade. Cada cidade possui um mercado de trabalho lícito que determinará o custo de oportunidade de ingressar no mercado ilícito. A cidade também tem influência na história do indivíduo, pois o seu acesso ao mercado de trabalho pode depender, por exemplo, do seu acesso a escola, que depende de uma decisão individual ou da família, mas também depende fundamentalmente das condições oferecidas pelo setor público. Neste caso, cada cidade tem as suas características, pois a inexistência de uma escola, de cursos qualificantes, de uma instituição com ensino superior não é determinada pelo indivíduo, mas pelo contexto em que está inserido.

Os custos de execução também dependem do contexto em que o indivíduo esta inserido. Se o indivíduo possui um acesso muito fácil ao mercado ilícito, ou de certa forma, convive com participantes deste mercado isto diminui o custo de execução e planejamento de um crime. Isto porque a passagem do conhecimento de como planejar, de como executar e dos meios para praticar o crime torna-se mais fácil. Crime é algo que pode ser aprendido.

Vale lembrar que a atividade criminosa é uma atividade de risco em que a simples falta de planejamento ou um erro de execução pode custar à vida do indivíduo que a pratica. Portanto, pertencer a um ambiente onde a prática do crime é de conhecimento comum diminui seus custos de execução e não pertencer a este ambiente aumenta os mesmos. (OLIVEIRA, 2005).

Pode-se ainda ser observado atentamente que a Criminalidade e os índices altos de Violência alteram de maneira significativa o perfil urbano das cidades.

Nas duas últimas décadas, o aumento da violência causou forte impacto sócio-econômico nas grandes cidades: maiores gastos públicos e privados com segurança, perda de investimentos no comércio e indústria, mudança de hábitos de consumo. Diante desse chamado "custo da criminalidade", a própria configuração urbana sofreu mudanças. O cenário é, hoje, pontuado por condomínios, ruas e bairros fechados, residências com altos muros e cercas eletrificadas. Assim pode ser observada nas grandes cidades a expansão de empreendimentos fechados faz parte de estratégias imobiliárias e de marketing que utilizam a questão da segurança



como apelo principal. Persuadem consumidores, que são bombardeados pela mídia diariamente, com relatos sensacionalistas sobre crimes violentos.

Para a antropóloga Tereza Pires Caldeira, da Universidade da Califórnia e autora do livro *Cidade de Muros*, os condomínios fechados constituem-se em um novo padrão de segregação espacial e desigualdade social na cidade. Um novo modelo de segregação substitui, aos poucos, a dicotomia centro-rico x periferia-pobre.

A implantação dessas novas formas espaciais deriva de um padrão de assentamento urbano destinado a alguns privilegiados, acentuando as disparidades sociais e ressaltando um processo de negação da esfera pública, e de sua diversidade. O espaço urbano aparece, neste contexto, como perigoso, caótico, impessoal, doentio, cinza; espaço a ser evitado e que deve ser isolado. (SOCIEDADE, 2004).

## 2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O conceito de Desenvolvimento Humano é à base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente, e também do Índice de Desenvolvimento Humano. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Esse enfoque é apresentado desde 1990 nos RDHs, que propõem uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. A cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998). Atualmente, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen,

ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administração Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômica sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal. (PROGRAMA, 2008).

Sobe o tema em pauta, assim fez referência Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999.

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo apenas um número, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.

A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

No IDH estão equacionados três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental médio e superior). Já o resultado do sub-índice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último, o sub-índice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer.

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 (um) o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. (CONFEDERAÇÃO, 2008).

No anexo A, é apresentado o IDH dos municípios do Paraná por regiões onde detalhadamente observa-se a colocação dos mesmos, bem como dos municípios que tiveram os programas selecionados.

## 2.5 DESCENTRALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

As questões de violência e criminalidade vêm causando impacto cada vez maior na sociedade e alterando o cotidiano das pessoas que pressionam o poder público em busca de soluções. A administração pública, no exercício de suas atribuições constitucionais nessa área, não tem conseguido respostas adequadas, seja no aumento da repressão ou nas medidas de prevenção.

Com o objetivo de abrilhantar a presente pesquisa, verifica-se uma análise de pressupostos subjetivos e objetivos que permitam a melhoria da governança para aumentar a efetividade do aparato policial (civil e militar), através da participação do município e da população na gestão da segurança pública, utilizando-se dados quantitativos e qualitativos sobre as transformações da criminalidade e os investimentos municipais na função segurança pública, bem como estudos sobre a participação popular no planejamento da ação policial. Conclui-se que a descentralização da segurança pública permitiria uma maior integração entre os atores envolvidos no processo e no aprimoramento de mecanismos de governança em nível municipal, e um combate mais efetivo ao fenômeno da violência e criminalidade. No entanto, pode gerar casos em que prevalece a teoria da escolha racional com a utilização das organizações policiais para a satisfação dos interesses individuais dos dirigentes municipais.

As mutações do mundo contemporâneo ensejam que as políticas públicas devam ser insistentemente repensadas frente às constantes mudanças e reivindicações da sociedade, e que a Administração Pública tenha seu escopo aprimorado para uma efetividade cada vez mais adequada como resposta do Estado à sociedade. Abrúcio (1998) destaca que novos conceitos surgem na administração pública, como administração por objetivos, serviços públicos voltados ao consumidor, gestão pela qualidade, entre outros, que visam modificar, no nível mais abrangente possível, os parâmetros da organização burocrática. Advindos no bojo da crise econômica e fiscal, iniciadas na década de 1970, a pouca resposta dos governos aos novos problemas surgidos na sociedade e novos parâmetros produtivos e tecnológicos que transformaram a lógica do processo produtivo, levaram a uma crise do Estado que, na busca por aumentar sua efetividade, passa a adotar vertentes diferenciadas de atuação, seja a do Estado gerencial, a do consumismo ou daquela orientada para o cidadão.

No entanto, o Estado voltado para o cidadão concebe uma administração pública em que se reforçam os conceitos de “*accountability*”, transparência, participação política, equidade e justiça, questões praticamente ausentes no modelo gerencial. Ao valorizar o conceito de cidadão, como ator coletivo, pressupõe-se sua participação em todo o processo, com parâmetros no poder local, nível em que o cidadão exerce maior controle sobre a atuação do Estado.

Entre os diversos desafios que surgem no campo das políticas públicas destaca-se o incremento das taxas de violência e de criminalidade tradicionalmente combatidos pelo aumento do caráter repressivo das ações policiais e que hoje, diante da precária situação do Estado, da inefetividade dessas políticas e da mudança do padrão da criminalidade, necessita de outros instrumentos aptos a aumentar sua efetividade a partir da participação da comunidade e adoção de medidas preventivas de segurança.

Os efeitos econômicos da criminalidade também são desastrosos, além dos gastos públicos decorrentes da vitimização, há a depreciação imobiliária, desestímulo ao turismo e esvaziamento do mercado cultural (SOARES, 2001; RONDON, 2003).

Paixão (1994) e Beato Filho (2000) apontam para uma situação paradoxal na qual quanto mais se amplia a percepção pública da criminalidade como problema central das grandes cidades e a demanda por políticas de segurança, menos se conhece o fenômeno pelas poucas estatísticas existentes, e cada vez mais as lacunas cognitivas tendem a ser preenchidas por mitos, crenças e emoções que, por sua vez, conduzem a políticas meramente reativas, incapazes de enfrentar as principais determinantes do problema. No sentido de superar essa situação, novos diagnósticos da violência e criminalidade no país, a descrição do novo papel assumido pelos municípios na seara da segurança pública, e em que medida, a participação popular vem ocorrendo como forma de prevenir e reprimir a criminalidade; além dos impasses encontrados pela descentralização dessa atividade, devem ser desenvolvidos.

Apesar do preceito constitucional garantir aos municípios a possibilidade de constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, a mesma atua apenas em atividades de vigilância (BRASIL, 1989).

Pela sua presença ostensiva, a guarda municipal age em um primeiro momento como interlocutor das demandas e expectativas sociais, em uma segunda instância, como defensora do patrimônio municipal e em um terceiro patamar, no caso de flagrante delito, o guarda municipal, amparado no Código de Processo Penal (BRASIL, 2003) atua como agente da lei. Isso difere muito do papel realizado pelas polícias que estão organizadas por Estado e subordinadas ao governador, realizando o chamado ciclo completo de polícia, prevenção, repressão e investigação. Existem diversos arranjos institucionais do aparato de segurança

pública, seja o de polícias municipais predominantes no modelo norte-americano (WALKER, 1992), o de polícia nacional francês (BAYLEY, 2001) ou por estados como no caso brasileiro (SOARES, 2000). O que motivaria uma maior aproximação do modelo municipal de polícia seria a descentralização de serviços para o município provocado pela Constituição de 1988, o crescente financiamento dos municípios no suporte à segurança pública e a adoção de novas técnicas de policiamento que privilegia a ação local e a participação da comunidade. (DESCENTRALIZAÇÃO, 2008).

### **2.5.1 O Papel do Município**

Alarmados com a elevação das taxas de criminalidade e pressionados no sentido de garantir a segurança dos cidadãos, os municípios brasileiros optaram por investir em segurança pública como forma de impedir a piora contínua da qualidade de vida da localidade sob sua administração, ainda que, constitucionalmente, não seja função municipal o destino de recursos financeiros às organizações policiais ou o fomento à participação popular na gestão da segurança pública.

Esse crescimento da violência e criminalidade acentua-se a partir de meados da década de 1980, acompanhado por uma mudança no padrão da criminalidade violenta que de crimes contra a pessoa passa majoritariamente a ser dirigida aos crimes contra o patrimônio. A distribuição espacial também revela uma concentração nos municípios acima de 100.000 habitantes, grande parte dos crimes referentes ao uso, tráfico e plantio de drogas, como resultado de processos sócio-econômicos mais amplos, destacando-se a acentuação da urbanização e da industrialização que caracterizou o país nos últimos 20 anos.

Observou-se que as taxas de crimes violentos contra o patrimônio mantêm correlação significativa tanto com variáveis demográficas (densidade e grau de urbanização) como com indicadores de desenvolvimento e riqueza tais como PIB per capita e variáveis correlatas.

A sociedade brasileira vem experimentando uma nova criminalidade, mais organizada e de cunho “empresarial”, o que demanda às organizações responsáveis pela segurança pública um novo padrão de desafios e a necessidade de repensar

sua atuação operacional. Isso porque o crescimento da criminalidade constitui-se fenômeno indissociável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública no curso da transição democrática.

Esse marco reforçou o isolamento das organizações de segurança pública brasileira, cujo efeito mais perverso situa-se no fato de a população não vislumbrar a questão da segurança pública como algo realmente público e na incapacidade crescente do Estado em manter a ordem pública. Soma-se a isso a perversidade do arranjo vigente no sistema prisional, marcado pela superlotação de celas, constantes rebeliões e fugas de delegacias, cadeias e penitenciárias (RIBEIRO, 2003). Essa situação é extremamente perversa para o sistema de justiça criminal como um todo porque impede a detenção de determinados indivíduos perigosos para a sociedade e impossibilita a correta execução da investigação criminal, dado que os policiais civis e militares acabam tendo que se ocupar da guarda de presos comprometendo ainda a execução de políticas públicas de recuperação do criminoso, óbices que contribuem para a reprodução do ciclo vicioso de delinquência e impunidade.

Por outro lado, o trabalho policial convive com restrições orçamentárias, aliado a ausência de mudanças qualitativas nos métodos convencionais de fazer polícia. A atividade policial continua desvalorizada, mal remunerada e carente de avanços nos métodos de trabalho, tanto ostensivos como investigativos. Entretanto, a criminalidade, ao contrário das organizações policiais, apresentou profundas transformações, consolidando o cunho empresarial, além de caracterizar-se pela jovialidade de seus agentes e de suas vítimas. Isso porque, via de regra, os criminosos são do sexo masculino, com idade entre 18 e 29 anos, enquanto que a vitimização ocorre entre homens na faixa etária de 15 a 24 anos (BATITUCCI, 1998; SOUZA, 2000; ZALUAR, 1999).

A partir da mudança constitucional de 1988, o município passa a assumir maiores encargos com relação a áreas básicas como saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. A área da segurança pública é a única na qual o município não possui atribuições diretas, dado que as organizações policiais e o sistema prisional são de responsabilidade do executivo estadual e federal. No entanto, os governos locais, principalmente os das grandes cidades, são os maiores afetados pelo aumento da criminalidade o que, por sua vez, suscita o desenvolvimento de políticas municipais que permitam a contenção e enfrentamento da violência. A

proliferação das guardas municipais e a tentativa de ampliar seu escopo de atuação revelam esta preocupação.

Assim, apesar das limitações legais quanto à atuação direta, vários municípios já administram assuntos com interfaces à segurança pública como serviços de emergência, administração do trânsito e defesa civil, por exemplo.

Outros, implementam vários programas sociais, os quais têm grande impacto na prevenção da violência e incentivam a participação da comunidade na discussão e auxílio ao planejamento das organizações policiais, uma vez que a administração municipal deve não só exercer com competência suas atribuições legais, como também liderar a comunidade para solução de seus problemas críticos, como no caso da segurança pública, já que desta maneira se fortalece os atributos de governança.

O município também tem interferido na gerência da segurança pública através do provimento de grande parte das despesas de custeio das organizações policiais, tais como combustível para viaturas, pagamento de aluguel de imóveis, alimentação para os policiais, dentre outros.

É importante salientar que os gastos municipais com segurança pública parecem obedecer a mesma lógica de crescimento da arrecadação dos municípios, ou seja, à medida que essa esfera da federação brasileira possui mais recursos financeiros, maior é o repasse realizado a essa atividade tipicamente estadual. Uma das possíveis explicações para esse fenômeno situa-se no fato da população pressionar as autoridades locais por uma maior segurança na sua localidade, o que pode ocorrer, por exemplo, pelos investimentos nos batalhões de polícia militar ou nas delegacias de polícia civil localizados nos municípios, o que, por sua vez, pode conduzir a prevenção e repressão à criminalidade a níveis superiores de eficácia e efetividade.

No entanto, apesar do crescimento dos gastos com segurança pública os dispêndios empreendidos pelo município ainda significam parcela pequena do orçamento municipal total, o que representa um paradoxo, pois, se analisada em consonância com os investimentos municipais em outras áreas sociais, essa proporção é extremamente baixa, entretanto, quando se leva em consideração o fato do município não possuir qualquer atribuição legal, tanto no que se refere ao planejamento como no orçamento da segurança pública, esse valor é extremamente significativo.



Assim, a despeito do fato de ser responsabilidade estadual e federal o provimento da segurança pública, não se deve desconsiderar a relevância da inserção dos municípios no esforço de combate à criminalidade. É fundamental que uma política pública contemple iniciativas e ações que podem e devem ser tomadas pela administração municipal sem, contudo esquecer a importância da parceria e da articulação com os governos estadual e federal. A viabilização dessas ações depende, assim, de um diálogo constante e profícuo entre as autoridades das diversas esferas de governo.

O município além de assumir importantes funções na gestão da segurança pública no que se refere ao financiamento da ação policial, também pode desenvolver projetos aptos a fomentar a participação popular nessa área, pois, a partir do momento em que o art. 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1989) estabelece que a segurança pública é “dever do estado, direito e responsabilidade de todos”, abre-se uma porta normativa à participação efetiva da sociedade na produção desta política pública. Esta participação é, atualmente, apontada pelos especialistas como um dos maiores avanços na gestão da segurança pública, constituindo-se, assim, em importante mecanismo capaz de permitir a materialização de conceitos como governança, *accountability* e responsabilização (BAYLEY, 2001; SOARES, 2000).

É importante ressaltar que a participação do município na gestão da segurança pública não ocorre da mesma forma em todas as localidades, apesar do repasse municipal de recursos às organizações municipais não se constituir em forma de descentralização do trabalho policial propriamente dito, em localidades onde a consciência cívica encontra-se precariamente desenvolvida (o que ocorre particularmente nos pequenos municípios brasileiros), esse tipo de estratégia faz com que muitos gerentes locais se apropriem de forma privada de algo que é eminentemente público: a polícia.

Isso porque os prefeitos acreditam que por financiarem aspectos da infraestrutura e custeio, como viaturas, combustível ou alimentação dos policiais esses devem implementar, exclusivamente, seus interesses, materializando o antigo provérbio popular: “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”.

Portanto, conforme ressaltado por Skonick e Bayley (2001, p. 18) como “não se pode simplesmente jogar dinheiro na aplicação da lei e esperar resultados”, a administração municipal deve traçar estratégias que a permitam liderar a

comunidade para solução de seus problemas críticos, como no caso da segurança pública, pois assim fortalece seus atributos de governança e pode estruturar-se no atendimento das demandas de sua população. (DESCENTRALIZAÇÃO, 2008).

### **2.5.2 Participação Popular na Gestão da Segurança Pública**

Segundo Skolnick e Bayley (2001, p. 20), os estudos indicam claramente que a proteção deve ser fornecida pelos próprios cidadãos, e que a ajuda destes é fundamental para a captura e condenação dos indivíduos que os lesaram. A tarefa da polícia é, portanto, trabalhar junto com o povo, de maneira a garantir que isso aconteça, desenvolver estratégias específicas e articuladas que possam produzir resultados.

Nesses termos, a participação dos cidadãos de um dado município no planejamento policial enfatiza a idéia de que a segurança pública e a prevenção e repressão da criminalidade são assuntos muito importantes para serem deixados apenas nas mãos dos comandantes estaduais de policiamento. Soma-se a isso, o fato de, conforme constatado por Vanagunas (2002), as polícias, via de regra, serem as agências mais importantes e influentes no município e, por isso, necessitam de uma maior transparência na consecução de suas ações a fim de dotá-las de legitimidade e impedir a sua utilização para fins, exclusivamente, clientelistas.

Segundo Vanagunas (2002), o policiamento para controle dos níveis de criminalidade em uma dada área, reduz-se a duas táticas principais, a reativa e a proativa.

- Policiamento reativo: nesse caso o policial apenas reage a uma solicitação realizada pelo cidadão, como por exemplo, uma chamada ao telefone 190 relatando a ocorrência de um determinado crime em uma dada área; ou a abertura de um inquérito policial para a prisão dos suspeitos de terem cometido o delito. Segundo Rico e Salas (1992, p. 99), “essa tarefa implica fundamentalmente, após a prática de um delito, na investigação sobre o mesmo, na busca e prisão da pessoa suspeita e na coleta de provas suficientes para justificar posteriormente a ação penal.” Ou seja, o policiamento reativo é o que se denomina como repressão à criminalidade.

- Policiamento proativo: “conjunto de ações que a polícia pode executar com um espírito de preservação e assistência, com o fim, por um lado, de evitar que determinadas pessoas caiam na delinquência e, por outro, que certas pessoas nela perseverem e, por outro lado, que certas pessoas se convertam em vítimas de algum delito” de acordo com Rico e Salas (1992, p. 99). Essa modalidade de policiamento constitui-se em uma das políticas de prevenção à criminalidade.

Portanto, “a ação policial é proativa quando é iniciada e direcionada pela própria polícia ou pelos próprios policiais, independente da demanda dos cidadãos e até mesmo em conflito com uma demanda de cidadãos,” reforçam Skolnick e Bayley (2001, p. 24). Se originada da solicitação dos cidadãos a ação policial é reativa, lembrado que todas as polícias atuam de forma proativa e reativa, variando a combinação destas estratégias. No caso da polícia brasileira suas características reativas são predominantes (ZALUAR, 1999; SOARES, 2000).

Durante muito tempo, a participação popular na gestão da segurança pública se restringiu ao policiamento reativo, exclusivamente, sendo que sua incorporação no policiamento proativo ocorreu apenas recentemente. No policiamento reativo, são os cidadãos quem detectam a ocorrência dos delitos, dada a incapacidade dos recursos humanos policiais de serem onipresentes em todos os locais da cidade.

Nesse caso, o cidadão não apenas possui a função de identificar o local e as circunstâncias de ocorrência do delito, como também identificar e fazer com que a polícia prenda aqueles indivíduos criminosos residentes na comunidade. Por seu turno, no policiamento proativo executado com base comunitária, a comunidade passa a se constituir como a principal encarregada de determinar quais as áreas mais carentes da presença constante e ostensiva de policiais, em virtude dos índices de criminalidade experimentados nessa localidade.

Assim, reforçam Skolnick e Bayley (2001) e Vanagunas (2002), a habilidade da polícia em controlar o crime depende mais da iniciativa do cidadão do que da iniciativa da polícia e, por isso, a participação popular na gestão da segurança pública, em nível local, é de suma importância para conter a escalada de delitos. Mesmo porque, o papel da polícia na prevenção e controle do crime é importante, mas certamente, não é exclusivo.

No entanto, para que a participação dos cidadãos na gestão da segurança pública venha a se materializar, conforme salienta Rico e Salas (1992) é de suma importância que esses indivíduos conheçam, previamente, o papel de cada uma das

organizações policiais, seus objetivos e prioridades; a situação da criminalidade em um dado município, suas principais causas e quais as medidas que estão sendo adotadas pelo poder público para a prevenção e repressão da escalada de delitos.

Caso a população não seja informada, previamente, acerca das variáveis ressaltadas, sua participação pode-se conformar em mera peça de ficção, ou desenvolver políticas que ataquem a questão apenas de forma superficial e não em seu cerne o que, por sua vez, é incapaz de conter a escalada da criminalidade a longo prazo, comprometendo, assim, a materialização do conceito de efetividade.

Nas palavras de Skolnick e Bayley (2001, p.225): “a polícia deve sentir genuinamente e comunicar genuinamente esse sentimento, que o público a que está servindo tem algo a contribuir na tarefa de policiamento.”

A participação popular não informada possui ainda como efeito perverso a apropriação privada dos meios públicos. Em pequenos municípios, cuja a consciência cívica dos cidadãos ainda não se encontra substancialmente desenvolvida, os investimentos municipais, de qualquer natureza, nas organizações policiais, conformam-se como efetiva prática coronelista dos dirigentes locais. Ou seja, como a população desconhece qual é a missão do policial, quando esse executa tarefas de interesse exclusivo de um indivíduo residente na comunidade, não ocorre a efetivação de nenhuma denúncia ou cobrança de comportamento contrário por parte desse agente de segurança pública. Essa prática é extremamente nociva à consolidação da democracia em uma dada sociedade, na medida em que, nesses agrupamentos sociais, a polícia deve possuir poderes suficientes para manter a ordem e a segurança dos cidadãos, mas deve também garantir ao indivíduo mecanismos que lhe permita se proteger ao excesso ou abuso de tais poderes, o que não ocorre em comunidades onde as polícias são utilizadas segundo a lógica clientelista dos dirigentes locais. Em cenários como este, torna-se impossível a materialização de idéias como *accountability* e responsabilização.

No sentido de impedir a ocorrência de situações como esta, as polícias devem procurar os estabelecimentos de contatos com a população, para que essa a auxilie no planejamento e implementação das políticas de prevenção e repressão a criminalidade, permitindo, assim, que a participação popular efetive-se de maneira mais ativa e confiável. Isso porque, a despeito da importância do município enquanto fomentador da inserção da população na gestão da segurança pública, ninguém melhor que as organizações policiais, encarregadas de realizarem tais atividades

especificamente, para explicar em que consiste o papel da polícia, bem como quais foram as principais transformações ocorridas com os índices de criminalidade da localidade nos últimos anos. Conforme ressaltam Skolnick e Bayley (2001, p. 237).

As atividades de prevenção do crime projetam a polícia numa postura de "co-produção", que incorpora os cidadãos ao mundo da polícia. O cidadão que co-produz pode experimentar algumas frustrações e limitações de tentar manter a segurança pública. Mas isso é positivo, uma vez que o cidadão será mais propenso a compreender os problemas do policiamento e identificar-se com eles. Dificilmente a polícia podia inventar uma forma mais eficiente de relações públicas positivas, que pode traduzir-se eventualmente em apoio político para a polícia e para suas necessidades de recursos.

Outra questão de suma relevância na participação popular na gestão da segurança pública refere-se a avaliação e controle da atividade policial.

Conforme ressaltam Rico e Salas (1992) "não é hábito de nossa administração pública avaliar-se e muito menos se submeter a controle, particularmente, quando o controle é externo." No entanto, a partir do momento que determinados indivíduos participam da elaboração das estratégias de ação das referidas organizações e, simultaneamente, acompanham a implementação das mesmas, eles passam a serem compelidos a denunciar qualquer desvio do que foi, em conjunto, planejado.

Nesses termos, pode-se inferir que na medida em que a comunidade participa da prevenção e repressão à criminalidade através dos mecanismos legalmente estruturados para esse fim, efetiva-se não apenas a idéia de transparência na consecução do trabalho policial, como também, materializa-se a definição de *accountability* em toda a sua extensão. Por fim, cabe salientar que todas as proposições apresentadas, no que se refere à participação popular na gestão da segurança pública, encontram-se, atualmente, em implementação em diversos estados através dos conselhos da comunidade para a segurança pública, dentro da abordagem de policiamento comunitário.

Esses conselhos se constituem como locais privilegiados de ação, na medida em que permitem a participação popular no delineamento de estratégias de prevenção e combate ao crime a serem implementadas pelas polícias.

O interessante neste tipo de procedimento é que se cria um grande espaço para a constante avaliação das estratégias adotadas, pois, como a população ajuda a definir a lógica da ação policial, quando essa estratégia não é bem sucedida, a

responsabilidade passa a ser de todos e não somente da polícia, o mesmo ocorre com os sucessos obtidos. Exemplos como esse são de suma importância porque, além de ampliar a dimensão do controle social sobre as organizações públicas, fortalece os laços existentes entre a polícia e a comunidade.

Dessa forma, conclui-se que a consecução da segurança pública não é uma tarefa apenas das instituições que compõem o Estado. Cabe também à sociedade civil uma participação decisiva na busca das soluções atinentes ao controle da criminalidade. Refere-se aqui não apenas a um dever dos cidadãos para com a comunidade, mas também a um direito que deve ser defendido e implementado. Além disso, a participação comunitária na segurança pública vem se constituindo numa das experiências mais inovadoras a nível internacional, superando o perverso distanciamento entre as organizações policiais e a comunidade.

Conforme salientam Skolnick e Bayley (2001, p. 241), introduzir e implementar novas idéias policiais não é fácil, mas é possível. Mais do que isso, é essencial que consigamos oferecer segurança pública elementar e ganhar a confiança daqueles que estão sendo policiados.

### **2.5.3 Dilemas da Descentralização**

Uma das mudanças no arcabouço institucional no combate a violência e criminalidade seria a possibilidade de descentralização da segurança pública, tal como ocorreu nos últimos anos com a saúde e a educação. Como aspecto favorável desta proposta é que as unidades de polícia, militar e civil, já se encontram regionalizadas, possuindo prioridades e diretrizes distintas conforme a região dos respectivos estados e as ameaças ou características específicas por elas enfrentadas. Soma-se a isso o fato dos governos locais terem investido sistematicamente nessa função, menos através do incentivo a participação popular e mais pelo financiamento da manutenção dessas corporações. No entanto, estabelecer como competência do município o provimento da segurança pública implica em sérios dilemas em uma sociedade marcada pela tradição coronelista e clientelista como a característica dos pequenos municípios brasileiros.

Nesse sentido, estabelece-se o seguinte impasse: como descentralizar um serviço dessa natureza se os governantes locais, em geral, não se encontram preparados para provê-lo e fomentar a participação popular de maneira imparcial e visando exclusivamente o interesse público?

Como pressuposto para a superação desse impasse tem-se a idéia de consciência cívica, a qual perpassa, necessariamente, pela internalização dos valores democráticos de uma dada sociedade, bem como, da importância da participação cidadã (AZEVEDO e GUIA, 2001), como meio de garantir a prestação das atividades de segurança pública conforme as demandas societárias e norteadas pelos princípios da profissionalização e neutralidade, os quais devem ser inerentes a uma moderna organização policial. Isso porque o aumento do grau de democracia aumenta a consciência política e diminui a ignorância da população, o que retira a legitimidade das soluções pela força indiscriminada da polícia, no caso, controlar os governantes de maneira a evitar que a proposta de descentralização da execução das atividades de segurança pública venha a ser utilizada pelos gerentes municipais como meio de satisfação de seus interesses particulares.

A participação popular no controle das políticas de segurança pública descentralizadas no nível municipal poderia, nesse caso, ser fomentada através da demonstração do quanto o poder de polícia pode ser nocivo quando utilizado para a satisfação de interesses individuais e as eventuais desestruturações democráticas que ele pode conduzir uma vez em que se consubstancia na justificativa da existência do próprio Estado enquanto ente político gestor das liberdades individuais (ZAVERUCHA, 2000). No entanto, o controle da segurança pública municipal será eficiente apenas se os cidadãos desenvolverem a dimensão da participação democrática não visando a obtenção de benefícios diretos com sua participação.

Conforme demonstrado por Neves, Costa e Augusti (1997), o processo de democratização das sociedades contemporâneas se caracteriza pela ampliação dos espaços de participação e pela expansão do poder ascendente, exercido pelo cidadão, bem como combate ao poder autocrático. Assim, primeiro é necessário conscientizar a população acerca das funções das organizações policiais e sistema prisional, bases de sustentação do sistema de segurança pública. Em seguida, os indivíduos devem ser capazes de distinguir quando esses instrumentos estão sendo desviados de seus fins democráticos para a satisfação de interesses particulares dos dirigentes locais. No momento em que esses cooperadores percebem o desvio dos

propósitos da ação policial, eles devem materializar seus instrumentos de controle, imprescindíveis a manutenção da ordem democrática, o que pode ocorrer, por exemplo, através de denúncias sobre os abusos policiais às corregedorias e ouvidorias de polícias.

Conforme Azevedo e Guia (2001), os cidadãos de uma comunidade cívica demandam um bom governo e atuam nessa direção, uma vez que internalizam os conceitos de democracia participativa e governante, além de se encontrarem em igualdade de condições no jogo político. Os indivíduos dessas coletividades possuem maior propensão a reivindicar e controlar os serviços de segurança pública, bem como os das atividades e dos equipamentos das organizações policiais, uma vez que são capazes de agir coletivamente nesse sentido.

Nesse sentido, o pressuposto fundamental para a descentralização da segurança pública é a maior democratização das sociedades locais, o que pode ocorrer, em um primeiro momento, através do esclarecimento à população das funções das organizações policiais, bem como da participação popular no planejamento dos policiamentos reativos e proativos. Com isso, espera-se elevar a governança municipal ao patamar necessário para a efetiva descentralização do provimento da segurança pública, de forma que esse ocorra de maneira eminentemente pública e não clientelista.

As complexas transformações por que passa a sociedade revelam uma miríade de variáveis de contornos econômicos e sociais, que se refletem na vida do cidadão e que impelem os gestores públicos a articular ações para a resolução dos diversos problemas surgidos no bojo dessas mudanças.

Independente do foco sob o qual se analisa a questão da violência e da criminalidade, o crescimento desses fenômenos impulsiona a sociedade a buscar soluções consistentes e bem elaboradas. Somente com o somatório de forças entre os cidadãos, poder público e sociedade civil organizada, é que as ações engendradas nesse sentido poderão surtir algum efeito. Atitudes isoladas ou tomadas de forma intempestiva tendem a cair na vala comum de projetos com pouca solução de continuidade o que mina a credibilidade de ações posteriores.

O conceito atual de democracia coloca a necessidade da participação popular no planejamento e na ação governamental. Dentre as maiores inovações ocorridas nos últimos anos, nessa área, destaca-se a tentativa de incorporação do cidadão civil na gestão da segurança pública. Isso porque o atual arranjo institucional, no



qual o Estado planeja e executa, exclusivamente, através de suas instituições policiais, as ações relativas à prevenção e repressão da criminalidade não vem apresentando respostas satisfatórias.

Assim, os municípios, apesar de não possuírem competência constitucional nessa área, passaram a intervir e colaborar na efetivação de políticas de segurança pública. No entanto, como alguns representantes do executivo municipal não possuem consciência cívica substancialmente desenvolvida, eles podem acabar utilizando os investimentos nas organizações policiais como mecanismo de apropriação privada dos meios públicos. Ou seja, o prefeito acredita que por auxiliar na manutenção da polícia militar e da polícia civil, possui a propriedade dessas organizações, as quais devem satisfazer, exclusivamente, seus interesses, sejam eles lícitos ou ilícitos.

Por outro lado, em algumas localidades, cujos gestores municipais possuem consciência de suas reais competências, os investimentos locais na gestão da segurança pública conformam-se como efetivo instrumento de participação popular. Isso porque o auxílio às organizações policiais, no município, ultrapassa o simples aporte de recursos financeiros, permitindo a efetivação dos seguintes conceitos:

- *Accountability*: como os cidadãos locais auxiliam no planejamento e financiamento das ações policiais voltadas a prevenção e repressão da criminalidade, as organizações policiais encontram-se, necessariamente, compelidas a apresentar os resultados da intervenção estatal.

- Responsabilização: as organizações policiais deixam de ser responsáveis sozinhas pela obtenção de resultados, tanto no que se refere a prevenção quanto a repressão da criminalidade. Isso porque como os cidadãos auxiliam na definição das linhas mestras de ação, eles passam a possuir maiores mecanismos para responsabilizar e serem responsabilizados pelos êxitos e efeitos perversos da intervenção policial.

- Efetividade: ninguém melhor que o cidadão da localidade, vítima direta e indireta da criminalidade, para apontar os principais pontos nevrálgicos a serem trabalhados pelas organizações policiais. Assim, aquelas localidades que conseguem ultrapassar a simples lógica do investimento financeiro, consolidando uma verdadeira polícia comunitária, possuem índices de incidência criminal inferiores às aquelas que não possuem (BAYLEY, 2001).

Da mesma forma, o nível de satisfação dos indivíduos, com as polícias, é bem superior ao observado nas localidades onde não existe participação popular na gestão da segurança pública.

Assim, pode-se afirmar que a participação popular na gestão da segurança pública é imprescindível enquanto mecanismo de responsabilidade municipal nessa área, para o combate da violência e criminalidade. Caso contrário a participação do município na prevenção e repressão a criminalidade continuará a se restringir ao investimento financeiro, cujo maior efeito perverso são os casos em que prevalece a teoria da escolha racional com a utilização das organizações policiais para a satisfação dos interesses individuais.

Portanto, em virtude das peculiaridades inerentes a gestão do poder de polícia, a condução do município a um *status* superior no que se refere a ator participativo da gestão das políticas de segurança pública, deve ser acompanhada de uma profunda conscientização política do cidadão acerca do seu papel em uma sociedade democrática. Caso contrário, a descentralização no nível municipal desse serviço corre o risco de institucionalizar práticas clientelistas, o que é extremamente nocivo para toda a comunidade, uma vez que o poder de polícia envolve prerrogativas drásticas, como a possibilidade de retirar a vida de um cidadão em situações extremas, algo muito poderoso para se delegar a prefeitos, cujas concepções políticas são arraigadas de determinantes antigas e paternalistas e a uma sociedade cujas instituições sociais e a população possuem ainda diminuta capacidade de fiscalização. (DESCENTRALIZAÇÃO, 2008).

## 2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A QUESTÃO POLICIAL

Parece que uma das razões do fracasso e da inexistência de políticas nessa área reside num plano puramente cognitivo. A proposição de políticas públicas de segurança, no Brasil, consiste num movimento pendular oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. A idéia da reforma decorre da crença de que o crime resulta de fatores sócio-econômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. (BEATO, 2008).

Esta deterioração das condições de vida traduz-se tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens e serviços, como na má socialização a que são submetidos no âmbito familiar, escolar e na convivência com sub-grupos desviantes. Conseqüentemente, propostas de controle da criminalidade passam inevitavelmente tanto por reformas sociais de profundidade, como por reformas individuais no intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio em sociedade. A par de políticas convencionais de geração de empregos e combate à fome e a miséria, ações de cunho assistencialista visariam minimizar os efeitos mais imediatos da carência, além de incutir em jovens candidatos potenciais ao crime novos valores através da educação, prática de esportes, ensino profissionalizante, aprendizado de artes e na convivência pacífica e harmoniosa com seus semelhantes. Quando isto já não é mais possível, que se reformem então aqueles indivíduos que caíram no mundo do crime através do trabalho e da reeducação nas prisões.

De outro lado, a crença igualmente convicta de que a criminalidade encontra condições ideais de florescimento quando é baixa a disciplina individual e o respeito a normas sociais. Conseqüentemente, políticas de segurança pública enfatizam a necessidade de uma atuação mais decisiva do Poder Judiciário e das instâncias de controle social. Isto significa legislações mais duras e maior policiamento ostensivo de forma tal que as punições dos delitos sejam rápidas, certas e severas. Se necessário, até mesmo a atuação das Forças Armadas são requisitadas e aplaudidas pela população. Não se descarta, ainda, o efeito dissuasório que soluções finais tais como as penas de morte teriam sobre o comportamento criminoso. O argumento diz que não se trata de vingança, mas exemplo para que homens de bem não caiam em tentação.

Segundo Beato (2008), discursos inflamados dão suporte a ambas as versões, cujo grau de combustão é maior quanto mais aferrado a questões de princípio ideológicas. Do ponto de vista da modificação de valores das pessoas, reconhece-se hoje como isso é extremamente difícil mediante políticas públicas. Os educadores de rua e profissionais que lidam com menores infratores sabem muito bem como é árdua essa tarefa em relação aos meninos de rua. E isto porque se acena com soluções de médio e longo prazo para garotos (às vezes nem tão garotos assim) que obtêm satisfações imediatas de sua atividade nas ruas. Além disso, sabemos que nem todos os meninos de rua, ou jovens desempregados são

candidatos naturais a uma carreira criminosa. Estudos que acompanharam jovens de uma cidade americana ao longo de suas vidas mostram que, se um número significativo deles teve problemas com a polícia alguma vez em suas vidas, o número dos que reincidiram outras vezes é muito menor, menos de 6%. O mais curioso, entretanto, é que este pequeno número de criminosos era responsável por mais de 50% das queixas criminais. Isto significa que apenas uma parcela muito pequena desses jovens terminaram por seguir uma carreira criminosa (WOLFANG *et al*, 1972).

No outro extremo do movimento pendular estão aqueles que acreditam que o problema do crime é fundamentalmente uma questão de polícia e de legislação mais repressivas. A dissuasão do comportamento criminoso, então, passaria necessariamente por uma atuação mais intensiva do sistema de justiça criminal conforme discutimos anteriormente

Mais recentemente, a orientação oficial do governo federal tem se calcado na sociologia crítica (TAYLOR e YOUNG, 1980), cuja concepção de crime passa a basear-se nos direitos humanos (BRASIL, 1996). Isto abriu a possibilidade de incluir, dentre as modalidades de crime, os crimes cometidos pelo estado. Daí a importância de se controlar as organizações componentes do aparato repressivo que parece ter sido a tônica do atual política de segurança a nível federal.

Um exame mais atento, entretanto, mostra que tais modelos e teorias não são necessariamente excludentes, mas complementares. Um modelo de segurança que se preocupe com a contenção e controle do estado em relação ao direito dos cidadãos não pode furtar-se à constatação de que segurança é igualmente um direito humano que é, aliás, consagrado na Declaração Universal dos Direitos dos Homens. Por outro lado, o sistema de justiça criminal em geral, e a atuação policial em particular, será tanto mais eficiente no exercício de suas funções de dissuasão quanto mais amparado pelas pessoas e comunidades na qual atua.

O que tem sido eficaz são programas e estratégias de segurança baseados numa articulação multi-institucional entre estado e sociedade (SHERMAN.1997; SHORT, 1997; GREENWOOD, 1996; FELSON e CLARKE, 1997). O crime é uma coisa muito séria para ser deixada apenas sob o encargo de policiais, advogados ou juízes, pois envolve dimensões que exigem a combinação de várias instâncias sob o encargo do Estado e, sobretudo, a mobilização de forças importantes na sociedade.

O Estado deve mobilizar organizações que atuam na área da saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e, naturalmente, da segurança.

Muitos poderiam argumentar que o que se propõe é, na verdade, quase um modelo do “bom governo”. Um Estado que conseguisse simultaneamente responder às demandas sociais nesses diversos setores estaria respondendo às atribuições que lhe cabem minimamente. Isto é verdade. A diferença está em que a alocação desses recursos se daria não em torno de prioridades governamentais (ou a educação, ou a saúde, ou a segurança), mas da identificação de locais e grupos no interior da sociedade que mereceriam um tratamento prioritário.

Por outro lado, isto não significaria que o Estado deveria paralisar suas atividades nessas áreas em favor do atendimento de populações e áreas assoladas pela criminalidade violenta, mas simplesmente reconhecer que o atendimento nessas áreas é realmente prioritário. O fenômeno da criminalidade urbana violenta não é distribuído aleatoriamente pela área urbana, mas está localizado em alguns poucos grupos e locais (SHERMAN, 1989). Daí que não haja combate efetivo ao crime que não leve em conta a recuperação das áreas degradadas pela violência nos grandes centros urbanos.

A que nível de governo deve ser prioritariamente tratado as questões acerca de segurança pública? Depende. A maioria dos problemas são locais e devem ser definidos e tratados localmente. Outras coisas são de competência do governo federal. Além das atribuições definidas constitucionalmente, são centrais na formulação e implementação dessas políticas tais a construção e manutenção de um sistema de indicadores sociais de criminalidade, ou o estímulo a pesquisas em determinados “problemas” que preocupam o governo federal. Isto seria feito através da indução à pesquisa sobre estes problemas identificados pelo governo federal. Atenção especial deve ser dada não apenas ao estímulo às pesquisas, mas cuidar para que elas tenham recomendações práticas, com especial atenção aos mecanismos de avaliação de implementação das políticas sugeridas.

Em bases estritamente cognitivas, a formulação de políticas públicas de segurança podem perfeitamente prescindir de quaisquer abordagens culturalistas para a formulação de programas e projetos. Não é necessário, para controlarmos a criminalidade, que tenhamos de reformar a personalidade das pessoas. Não se acredita que a mudança de valores das pessoas deve ser objeto de políticas governamentais. O que deve ser oferecido às pessoas são orientações acerca das

consequências do curso de suas ações, tanto em direção crime, como em relação ao não Crime. (BEATO, 2008).

## 2.7 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

Para o enriquecimento do presente trabalho, será apresentado um dos principais programas que tem a efetiva participação de Policiais Militares junto às Escolas Estaduais do Paraná.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD tem como base o D.A.R.E. "Drug Abuse Resistance Education", criado na cidade de Los Angeles - EUA, em 1983, pela Professora Ruth Rich, do Distrito Escolar de Los Angeles, em conjunto com o Departamento de Polícia daquela localidade. Hoje o Programa está presente nos 50 Estados americanos e em 58 países, inclusive no Brasil, onde é aplicado em todos os Estados.

No Brasil o PROERD chegou em 1992 através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com a vinda de Policiais Mentores de Los Angeles - EUA, contando com o apoio da Embaixada Americana.

O PROERD é aplicado às crianças na faixa etária compreendida entre nove e doze anos de idade, que no Brasil, foi adaptado às quartas séries do ensino fundamental, sendo integrado à grade curricular de cada escola que adota o Programa, como Tema Social e Contemporâneo.

O Programa é pedagogicamente estruturado em 17 lições, com a duração de 45 a 60 minutos cada uma, sendo ministradas obrigatoriamente, por um Policial Militar fardado, que, além da sua presença em sala de aula, na atuação como educador social, propicia um forte elo de ligação na comunidade escolar em que atua, fortalecendo o trinômio: Polícia Militar, Escola e a Família.

O Programa oferece, em linguagem acessível às faixas etárias que se direciona, uma variedade de atividades interativas com a participação de grupos em aprendizado cooperativo; atividades que foram projetadas para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na fase em que se encontram vivendo.

O Programa não invalida qualquer outro Programa, Trabalho ou Atividade de prevenção, dirigido aos jovens como um todo. A cooperação da sociedade é fundamental, e a participação, efetiva, do empresariado constitui-se na sustentação, econômica e financeira, da viabilidade e continuidade do PROERD, visando atender parcela, cada vez mais significativa, das crianças e adolescentes do Estado do Paraná, criando, dessa forma, uma rede protetiva, crescente, contra as drogas (lícitas e ilícitas), bem como contra as atitudes que geram violência.

O PROERD no Paraná teve sua origem, em 1998, com a ida de dois Oficiais Superiores, da Polícia Militar do Paraná, ao Estado de São Paulo, onde lá realizaram o Curso de Instrutores PROERD. No retorno estes Oficiais elaboraram um Projeto de Implantação do PROERD no Estado do Paraná, sendo tal documento entregue ao Comandante-Geral da Corporação.

No ano de 1999, um dos Oficiais Superiores que seguira a São Paulo, Instrutor Proerd, propôs, no Curso Superior de Polícia, como tema de Monografia a ser realizada em dupla: Um Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – “PROERD”; *“Drug Abuse Resistance Education”* – *“D.A.R.E./América”*, para a PMPR e escolas de 1º grau da rede de ensino da Capital do Paraná. Tal tema, dentre outros sugeridos, foi escolhido, realizando-se o Projeto de Pesquisa Monográfica e a Monografia propriamente dita, tendo como Orientadores, de Metodologia e Conteúdo, Professores da Universidade Federal do Paraná e da Polícia Militar do Paraná, respectivamente.

Com a aprovação da Monografia, que constatou a existência de outra similar realizada no Paraná nos idos de 1994, desencadearam-se os esforços mais concretos para a implantação do Programa no Paraná. Com a designação do Oficial Superior, Instrutor PROERD, para o Nono Batalhão de Polícia Militar, com sede no Município de Paranaguá, quando do advento da Operação Verão/1999, o teor monográfico foi apresentado ao Diretor da Colônia de Férias do SESC/CAIOBÁ, em Matinhos – Paraná, sendo que este realizou contato com a Direção do SESC da Capital e com o então Prefeito Municipal de Matinhos, os quais deliberaram pelo custeamento das despesas necessárias para a formação de mais um Instrutor PROERD, agora da Guarnição Policial Militar de Matinhos – Paraná, sendo definido que seguiria ao Estado de São Paulo uma Policial Militar Feminina, para após a conclusão do Curso de Instrutor PROERD, aplicar a proposta didática e pedagógica

do PROERD nos colégios da rede de ensino fundamental daquele Município litorâneo.

Assim foi feito aplicando-se o Programa, como “PROJETO PILOTO”, em 07 (sete) Escolas daquele Município, com a formação de aproximadamente 600 (seiscentas) crianças, as quais, em evento solene e festivo, foram diplomadas no Ginásio de Esportes do SESC/CAIOBÁ, com o ostensivo reconhecimento das comunidades locais. Após o êxito desse “PROJETO PILOTO” o PROERD foi implantado, oficialmente, no mês de Julho de 2000, com a realização do I Curso de Formação de Instrutores PROERD, na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais – Paraná, ministrado por Mentores da Polícia Militar de São Paulo. No mês de Setembro de 2000, os 31 (vinte e oito) Instrutores formados, aplicaram o Programa em 94 (noventa e quatro) Escolas, atingindo um total de 7.108 (sete mil, cento e oito) alunos, em 11 (onze) Municípios do Estado do Paraná, dentro da faixa etária de 09 (nove) a 12 (doze) anos de idade, regra geral inseridos nas quartas séries das redes de ensino fundamental. (PROERD, 2008).



### 3 PROGRAMAS A SEREM APRESENTADOS

Dois programas foram escolhidos para o desenvolvimento da presente pesquisa sendo eles; Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro do Oeste, do Município de Cruzeiro do Oeste, Pr. E o Projeto Formando Cidadão do Município de Campo Mourão Pr. Cidades da Região Noroeste do Paraná. Que serão analisados se contribuem para a redução da violência e criminalidade.

#### 3.1 PROJETO ALTERNATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Constante do Anexo B do presente trabalho acadêmico, este Projeto denominado Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro do Oeste, foi implantado em 09 de novembro/2001, com a participação efetiva do Sétimo Batalhão de Polícia Militar sediado em Cruzeiro do Oeste, Pr. Município que está com o seguinte IDH: 0,751, estando na classificação estadual na posição de nº 157 e classificação nacional nº 1.848, segundo a Tabela IPARDES. (ANUÁRIO, 2006).

O mesmo foi registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente n.º 004/5.2. 02 (Como Projeto Alternativo). Através da Lei n.º 038/2006 – Decreto n.º 374/2006, passou a englobar os seguintes programas:

- Programa Alternativo Municipal;
- Programa Karatê-Piá no Esporte;
- Programa Jovem Jardineiro.

Todos os programas funcionam em Sede Própria em terreno anexo ao Sétimo Batalhão de Polícia Militar. Sendo que utilizam instalações cedidas pelo Comando do Batalhão para as instruções, e conta ainda com um dos instrutores sendo um Policial Militar formado em Educação Física.

As principais atividades desenvolvidas pelo Projeto são: Curso profissionalizante de inserção ao mercado de trabalho (Menor-Aprendiz), Horticultura, Jardinagem, Informática, Fabricação e Comercialização de Sacolas

Plásticas Recicladas, Reforço Escolar, Oficinas de Xadrez, Biscuit e Reciclagem, Cultura e Lazer.

A seleção dos participantes é realizada da seguinte maneira: no caso dos alunos, os mesmos devem: ser encaminhados pelo Conselho Tutelar, Promotoria da Vara da Infância e Juventude, Escolas e as famílias quando procuram pessoalmente a interferência do Programa junto ao adolescente.

No caso dos instrutores:

- Funcionários Públicos que tenham o perfil de trabalharem com a referida clientela e com a parceria do Sétimo Batalhão de Polícia Militar, um militar que também possua aptidão com o referido trabalho.

Diversas entidades civis que atuam juntamente com o Sétimo Batalhão visando o pleno funcionamento do Projeto;

- Prefeitura Municipal/Secretaria da Assistência Social;
- Colégios Estaduais;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Tutelar;
- Empresas da cidade que estejam na cota legal de contratação de menor aprendiz são parceiros do Programa Alternativo no Projeto Menor-Aprendiz;

Alguns problemas são encontrados para o perfeito desenvolvimento;

- Falta de apoio da Comunidade,
- Falta de uma maior interação das famílias no processo educacional adotado no Programa,
- Espaço físico insuficiente para o desenvolvimento das atividades.

No ano de 2007 foram atendidos os seguintes alunos:

- Programa Alternativo Municipal: 25 vagas e 40 alunos atendidos.
- Programa Karatê-Piá no Esporte: 100 vagas e 160 alunos atendidos.
- Programa Jovem Jardineiro: 4 vagas e 4 alunos atendidos.

Foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades no ano de 2007 nos diversos programas;

Programa Alternativo:

- Curso profissionalizante de inserção ao mercado de trabalho (Menor-Aprendiz), Horticultura, Jardinagem, Informática, Fabricação e

Comercialização de Sacolas Plásticas Recicladas, Reforço Escolar, Oficinas de Xadrez, Biscuit e Reciclagem, Cultura e Lazer.

Programa Karatê-Piá:

- Participação nos campeonatos estaduais, municipais e regionais de karatê.

Programa Jovem Jardineiro:

- Formação de quatro alunos como técnicos em jardinagem.

Os principais eventos nos projetos para o ano de 2008 são os seguintes:

Programa Alternativo:

- Inserção dos alunos no mercado de trabalho formal, através do Projeto Menor-Aprendiz.

Programa Karatê-Piá:

- Participação do Campeonato Brasileiro de Karatê-Dô Tradicional na cidade de Salvador/Bahia.

Programa Jovem Jardineiro:

- Formação de quatro alunos técnicos em jardinagem.

As exigências para que os participantes permaneçam no Projeto são as seguintes;

Estarem devidamente matriculados no ensino formal, participando efetivamente do processo de aprendizagem que os dispositivos legais preconizam.

A faixa etária para a permanência é fixada da seguinte maneira:

Programa Alternativo:

- Adolescente entre 12 a 17 anos e 11 meses, do sexo masculino.

Programa Karatê-Piá:

- Crianças e adolescente na faixa etária entre 7 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos.

Programa Jovem Jardineiro:

- Adolescente entre 14 a 17 anos e 11 meses, do sexo masculino.

Com realizações de avaliações mensais todas as atividades desenvolvidas no Programa, são discutidas com os envolvidos diretos no processo de socialização dos alunos, assim participando ativamente o Policial envolvido no projeto com os demais instrutores que repassam ao Comando do Sétimo Batalhão de Polícia Militar, de todo o andamento do projeto.

O Programa Alternativo Municipal tem como objetivo retirar os adolescentes das ruas nos horários ociosos, no contra turno escolar. Para tanto, desenvolve atividades que visam o desenvolvimento cognitivo do aluno, proporcionando um comprometimento com o futuro, tanto acadêmico quanto profissional.

O acompanhamento escolar, familiar e social, é uma prática constante dos envolvidos no processo disciplinar da clientela alvo, visto a necessidade de uma interação mais dinâmica no desenvolvimento do adolescente.

A entidade é mantida através de recursos provenientes do FIA (Fundo da Infância e da Adolescência).

A importância do Projeto sob o ponto de vista da comunidade é positiva, pois é feito um trabalho preventivo, dando ao município a oportunidade de não necessitar de programas de recuperação para esses menores, dando a Secretaria de Assistência Social, uma complementação ao atendimento às famílias dos envolvidos sendo assim beneficiadas, em virtude dos seus filhos terem suporte básico para a inserção no mercado de trabalho e não estão mais nas ruas em seus horários ociosos.

A Ação Social do município faz ainda o trabalho de complementação e acompanhamento junto às famílias.

No que envolve a parceria da Polícia Militar para o desenvolvimento do projeto, a clientela alvo, são oriundas de famílias carentes, desprovidas de regras e em constantes conflitos familiares e sociais. A metodologia aplicada nos moldes de disciplina militar e direcionada aos alunos, respeitando as características, limites e potencialidades individuais de cada aluno, torna o aprendizado mais sólido, e tendo sempre a figura do militar presente nas atividades rotineiras, reforça a disciplina e o comprometimento do aluno em seu futuro.

A parceria com a Polícia Militar, além de ser uma complementação nas atividades teóricas desenvolvidas, há também a colaboração da utilização do espaço físico da OPM, favorecendo maior rendimento no processo ensino/aprendizagem, pois é cedido o espaço para a horticultura, lazer e dojô (sala de aula de karatê), e na sequência um breve histórico sobre os programas.

### 3.1.1 Programa Alternativo Municipal

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste através da Secretaria da Ação Social, cientes da realidade dos adolescentes do nosso município, oriundos de famílias carentes e de classe média baixa, tomou a iniciativa de implantar um projeto com o objetivo de desenvolver um trabalho de prevenção e proteção, que retira menores da rua, em idade entre 12 a 17 anos e 11 meses, em horários ociosos no contra turno escolar, promovendo uma transformação de caráter e o desenvolvimento sadio e dinâmico destes jovens perante a comunidade.

Em 09 de novembro de 2001 inaugurou o Programa Alternativo Municipal, em parceria com o Sétimo Batalhão da Polícia Militar, iniciando suas atividades atendendo 25 adolescentes do sexo masculino, divididos nos turnos matutinos e vespertinos, suprimindo as necessidades mais urgentes que são encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Públicos e procura das próprias famílias.

O Programa funciona em sede própria, desenvolvendo um trabalho de socialização, profissionalização e acompanhamento em seu desempenho escolar, social e familiar.

São desenvolvidas atividades como: fabricação e venda de sacolas plásticas, introdução à informática, oficina de dança de rua (street dance), horticultura, jardinagem, artesanato, reforço escolar, práticas esportivas, acompanhamento psicológico, orientação cristã, palestras com temas diversos, atendimento médico e odontológico, sendo que os alunos recebem 01 (uma) refeição diária, por turno, fornecido pela Prefeitura Municipal/Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Programa Alternativo conta com uma equipe de trabalho, para assim atingir os objetivos propostos, tendo como executores: Assistente Social, Psicóloga, Coordenação, monitor, Merendeira, Zelador e um Educador soldado cedido pelo Sétimo Batalhão da Polícia Militar.

Esses alunos atuam na sede do Projeto, Ginásio de Esporte Municipal, Parque Municipal e Associações de Classe.

### **3.1.2 Programa Karatê-Piá no Esporte**

O Programa Karatê-Piá no Esporte, foi fundado no dia 14 de junho de 1999, com a finalidade de ajudar crianças e adolescentes, oriundos de famílias carentes, ajudando-os na reeducação e socialização, tendo como objetivo principal, utilizar o esporte como veículo de reintegração social.

A entidade disponibiliza de 100 vagas, distribuídas nos períodos matutinos e vespertinos, atendendo a faixa etária de 07 a 17 anos e 11 meses, sendo masculino e feminino de classe estudantil multi seriado, sendo que os mesmos são encaminhados pelas Escolas, Conselho Tutelar e por pais ou responsáveis que procuram pessoalmente o Programa, dando prioridade as vagas a crianças e adolescentes em situação de proteção e prevenção, conforme conceitua o Estatuto das Crianças e Adolescentes.

O Programa desenvolve atividades de aulas de Karatê, introdução à informática, oficina de dança de rua (street dance), palestras diversas, reforço escolar, vídeos educativos, artesanato, bordado e lazer (futebol, jogos educativos entre outros) e merenda nos contra turnos, além de oferecer atendimento psicológico e dentário.

O Programa possui uma equipe de competição esportiva, onde os atletas competem a níveis municipal, regional, estadual, inclusive em Campeonato Brasileiro, trazendo para o município grande destaque no esporte de Karatê-Dô Tradicional.

A equipe do Programa é composta por Assistente Social, Psicóloga, professor (sensei) de Karatê, Merendeira e Monitor.

### **3.1.3 Programa Jovem Jardineiro**

O Programa Jovem Jardineiro é uma proposta de capacitação para adolescentes com idade entre 14 e 17 anos e 11 meses, podendo ou não, aluno do Projeto Alternativo, buscando a profissionalização de no mínimo 4 jovens por ano, com a remuneração de uma bolsa-estágio aos participantes.

O Programa é uma oportunidade de ganho real, dentro da realidade do nosso município, valorizando o desempenho e a auto-estima dos jovens participantes.

O principal objetivo do Programa é proporcionar aos participantes a oportunidade de profissionalização através de um estágio remunerado, que auxiliem no seu desenvolvimento integral, preparando-os desde já para um futuro mercado de trabalho, acompanhando a sua integração escolar e buscando a melhoria na convivência social e familiar.

A capacitação de jardinagem é realizada com conteúdos teóricos e práticos, com o devido acompanhamento técnico.

Durante 12 meses, os jovens selecionados receberão como apoio uma bolsa-estágio mensal, em valor a ser definido por decreto Municipal, e ao final do estágio, estes jovens serão contemplados com um kit para jardinagem, contendo ferramentas necessárias para o desenvolvimento da atividade profissional. (MOURA, 2008).

### 3.2 PROJETO FORMANDO CIDADÃO CAMPO MOURÃO

Constante do Anexo C do presente trabalho acadêmico, o Projeto denominado Formando Cidadão foi implantado no Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar sediado na cidade de Campo Mourão - Pr. Município que está com o seguinte IDH: 0,774, estando na classificação estadual na posição de nº 77 e classificação nacional nº 1.207, segundo a Tabela IPARDES. (ANUÁRIO, 2006).

Sendo implantado no ano de 2000, quando era Comandante daquela unidade o então Major QOPM Nelson João Casarolli.

A base legal para que possa ser definido o perfeito funcionamento das ações a serem desenvolvidas pelo projeto são duas:

- O Plano de Ação: Desenvolvido pela Secretaria da Ação Social do Município em parceria com a coordenação do Projeto Formando Cidadão;
- O Termo de Convênio para desenvolvimento do Projeto Formando Cidadão nas dependências do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar, assinado pelas seguintes autoridades: Secretário de Segurança Pública do Paraná, Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Prefeito Municipal de Campo

Mourão, Secretária da Ação Social do município e diretores da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão. (ACICAM).

Entre as muitas atividades desenvolvidas pelo Projeto Formando Cidadão podem ser destacadas as seguintes;

Atividades relacionadas ao esporte, cultura, laser, reforço escolar e cursos profissionalizantes. Todas as atividades voltadas para o desenvolvimento pessoal, inclusão social e preparação para o mercado de trabalho, prevenindo situações de vulnerabilidade social desenvolvendo potencialidades e fortalecendo vínculos com as instituições, sociedade e família.

Para que os alunos possam participar do projeto é feita uma seleção pela coordenação que consiste de:

Apresentar-se em situação de risco social de elevado grau de vulnerabilidade, ou seja, abandono familiar, abandono escolar, mendicância, uso e abuso de drogas, conduta social inadequada, trabalho infantil ou ser procedente de família com no máximo meio salário mínimo per capita;

- Ter de 14 a 18 anos;
- Ser do sexo masculino;
- Estar matriculado na rede de ensino.

Para trabalhar como educador, o Comando do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar, disponibiliza um policial-militar sendo ele selecionado pela Coordenação do Projeto;

No tocante a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, Paraná, disponibiliza pela Secretaria da Ação Social uma pedagoga para trabalhar somente com o Projeto, cumprindo carga horária de 40 horas semanais;

A Secretaria de Ação Social seleciona e contrata professores para ministrar atividades em todos os centros de integração do município, inclusive para o Projeto Formando Cidadão;

Professores voluntários auxiliam no Projeto através de contatos por parte da Coordenação do Projeto com a comunidade;

Participam ainda através de parcerias estabelecidas com instituições como O Serviço Nacional do Comércio (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Colégio Agrícola, entre outras,



professores ou mesmo técnicos, que não medem esforços visando aprimorar a formação dos alunos.

Quanto às instituições civis que atuam juntamente com o Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar no andamento do Projeto, coordenando e auxiliando permanentemente tem a Secretaria da Ação Social, que disponibiliza:

- Gêneros alimentícios para a alimentação de todos os adolescentes;
- Uma cozinheira para o preparo do alimento;
- Professores para atividades diversas;
- Uma pedagoga para acompanhá-los em todas as atividades;
- Verba para a aquisição de parte do material escolar e produtos de limpeza.

Há ainda a firma de Campo Mourão chamada Cristófoli Biosegurança empresa privada que desde o ano de 2000 patrocina cursos profissionalizantes para os adolescentes e auxilia na coordenação do Projeto.

Mais nem tudo são flores, pois mesmo sendo um Projeto que visa beneficiar a comunidade, a falta de recursos para compra de diversos materiais utilizados para o uso diários e para as instruções são grandes.

Em decorrência da execução do Termo de Convênio que visa o desenvolvimento do Projeto Formando Cidadão, não há, sob qualquer pretexto, repasse de recursos financeiros por qualquer uma das partes convenientes. Sendo assim, o Projeto Formando Cidadão depende de doações da comunidade Mourãoense. Como os recursos recebidos destas fontes não são suficientes o Projeto encontra-se em dificuldades para o seu amplo desenvolvimento.

Como opção para solucionar este problema de escassez de recursos financeiros a coordenação do Projeto lançou a Campanha Óleo Cidadão, que visa o recolhimento do óleo de Fritura utilizado na cidade de Campo Mourão e região para repassá-lo a uma fábrica de biodiesel, em troca de recursos financeiros para o Projeto Formando Cidadão.

Como o Projeto Formando Cidadão não tem uma Sede própria foi disponibilizado um espaço nas dependências do Décimo Primeiro Batalhão para a construção da Sede própria, com a autorização do Secretário de Segurança Pública do Paraná e do Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná;

- Projetos estrutural, arquitetônico, elétrico e hidráulico elaborados pelos professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (UTFPR) em vias de ser protocolado na Prefeitura Municipal de Campo Mourão para aprovação;

- O material de construção necessário para concluir a obra, orçado em R\$ 60.000.00 (sessenta mil reais) será providenciado pela Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, (ACICAM) que, através de convênio, se comprometeu em consegui-lo através de doações e parcerias com a comunidade Mourãoense;

- Um Engenheiro Civil voluntário, O Sr. Conrado Severiano Quevedo que fará o acompanhamento técnico da execução da obra;

- R\$ 30.000.00 (trinta mil reais) doados pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão para financiar a mão de obra, estando no aguardo da autorização da Câmara de Vereadores para alterar a lei orçamentária de 2008. Na seqüência segue o prazo para licitação e inicia-se a construção da obra.

Foram atendidos no ano de 2007, um total de 40 (quarenta) adolescentes, e no ano de 2008, já foram atendidos 63 (sessenta e três) adolescentes, podendo chegar ao total de 70 (setenta) adolescentes.

Entre as principais atividades desenvolvidas no ano de 2007, foram destacas as seguintes;

- Curso profissionalizante de Garçom;
- Curso de Informática no SENAC;
- Jovem Aprendiz do SENAC, onde 112 (doze) jovens todas as sextas feiras e num período de 02 (dois) anos e meio, recebem capacitação para o desempenho de atividades voltadas aos serviços administrativos;

- Jovem Agricultor do SENAR, onde todos os adolescentes do projeto tiveram a oportunidade de conhecer as possibilidades que a atividade rural pode oferecer num total de 144 horas aulas;

- Aulas de Karatê;
- Aulas de Yoga;
- Aulas de Xadrês;
- Aulas de Teatro;
- Aulas de Religião;
- Aulas de Ordem Unida;
- Reforço Escolar de Redação;

- Passeios diversos;
- Sessões de cinema mensal como prêmio para os alunos que não tiveram faltas ou não cometeram alterações durante o mês.

No ano de 2008, alguns projetos estão sendo desenvolvidos sendo os principais a serem destacados:

- Curso com a psicóloga da Secretaria da Ação Social sobre os seguintes temas: Qualidade de vida, desenvolvimento de qualidades pessoais, relações de trabalho e consumismo, ética e cidadania. Totalizando 120 horas em sala de aula;
- Curso de horticultura orgânica desenvolvido em parceria com o Colégio Agrícola de Campo Mourão, onde os alunos do último ano do colégio, na qualidade de estagiários, orientam e conduzem as aulas com os alunos do Projeto. Os materiais necessários foram repassados pelo Programa do Voluntariado Paranaense Municipal;
- Aulas na Escola Municipal de Artes Circenses;
- Aulas sobre regras do Futebol, teoria e prática com participação em torneios municipais;
- Atividades esportivas diversas em parceria com o SESC;
- Reforço Escolar de Matemática;
- Jovem Aprendiz do SENAC (continuação);
- Aulas de Karatê;
- Aulas de Ordem Unida;
- Aulas de religião;
- Uma sessão de cinema mensal.

Programado para o segundo semestre deste ano os Cursos de mecânica de bicicleta e automóvel em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI).

No tocante as exigências para que os participantes permaneçam no Projeto são as seguintes;

- Ter 75% de presença na escola que está matriculado;
- Ter 75% de presença no Projeto Formando Cidadão.

A faixa etária para freqüentar o Projeto é dos 14 (quatorze anos) a 17 (dezessete) anos e 11(once) meses.

As ações desenvolvidas pela Coordenação do Projeto são integralmente repassadas ao Comando do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar, e todos os documentos são assinados por ele.

Os familiares dos alunos relatam que os mesmos vêem nos Policiais Militares os exemplos que lhes faltam dentro de casa, bem como pretendem seguir a carreira militar.

Muitas vezes os alunos têm no Projeto e nas Escolas as únicas refeições que fazem no dia, sendo que em algumas ocasiões são providenciadas cestas básicas para as famílias pois praticamente não tem o que comer.

O que pode ser observado com pouco tempo de permanência no Projeto é que os Alunos mudam radicalmente de atitude levando para suas casas os ensinamentos de disciplina, obediência e responsabilidade que aprendem e exercitam no Projeto.

Por ser um Projeto com adolescentes de famílias carentes, e estando dentro de uma Unidade Policial Militar, desperta muito interesse da comunidade e da mídia local, que acaba se envolvendo e reconhecendo que a polícia faz muito mais que o seu dever em prol da comunidade de Campo Mourão. Quando eles desfilam junto à tropa em formaturas da Organização Policial Militar, chega a emocionar a maneira como eles se comportam com dignidade, concentração e esforço.

O Projeto é uma solução real para diminuir o número de atos infracionais cometidos por adolescentes, pois os afasta das más companhias, das ruas e do ócio que os faz pensar em cometer infrações. Removem os adolescentes do meio aonde o uso de drogas e o crime são rotinas que acabam por influenciá-los e aliciá-los;

Os custos para manutenção do Projeto, para o batalhão, resumem-se em água, energia elétrica, telefone e gasolina. Em ocasiões especiais também colaboram para a compra de produtos para as confraternizações.

Pode-se notar que os custos são ínfimos tendo em vista o resultado obtido, sendo que adolescente são retirados das ruas, abandonando a vida de marginalidade e podendo ter na vida uma perspectiva de decência aspirar por objetivos que a princípio poderiam parecer distantes. (KERN, 2008)

## 4 METODOLOGIA

A Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida que foi a base para a orientação do presente trabalho, (foi também de vital importância no prosseguimento do trabalho e da pesquisa).

Este item refere-se à seqüência da pesquisa, que envolveu a Caracterização de como foram realizadas a pesquisa, a Coleta de Dados, a Amostra, Sistematização e Análise, buscando assim alcançar a conclusão do presente trabalho.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO

A proposta do presente trabalho foi analisar programas de alguns municípios da região noroeste do Paraná que buscam, por meio de investimentos em programas específicos, diminuir a violência e criminalidade, visando suas apresentações para as Associações de Municípios do Paraná com a finalidade de servirem de referências para implantação especialmente em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano cujo público-alvo são crianças e adolescentes.

O intuito foi fazer uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, de modo que se possibilitou a compreensão do estágio em que se encontram alguns dos programas municipais, e no que eles podem servir de exemplos para outros municípios.

Há que se considerar que a pesquisa exploratória, dentre outros objetivos, pode ser usada para familiarizar e elevar o conhecimento e a compreensão de um problema de pesquisa, para auxiliar a desenvolver a formulação mais precisa de um dado problema ou situação, ajudar no desenvolvimento ou criação de hipóteses explicativas, clarificar conceitos e estabelecer prioridades para futuras pesquisas.

Foi assim uma abordagem adequada para o mapeamento e compreensão das metodologias existentes de avaliação de programas sociais na área proposta,

fornecendo, também, os conhecimentos necessários para alavancar estudos futuros referentes ao tema.

## 4.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados em duas Prefeituras Municipais da Região Noroeste do Paraná, por meio dos departamentos de Assistência Social, sendo o Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro do Oeste programa municipal que tem a participação direta do Soldado Policial Militar Fernando de Almeida Estábile como Coordenador por parte do Sétimo Batalhão de Polícia Militar, e Projeto Formando Cidadão, projeto municipal da cidade de Campo Mourão, que tem como Coordenadora pelo Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar a Tenente Luciana Kern. Quanto aos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano da Região Noroeste, foram coletado no site da Fundação Araucária.

### 4.2.1 Amostra

Tendo em vista o grande universo de programas municipais existentes na Região Noroeste do Paraná que foi a escolhida, e se poderia até perder o foco da pesquisa ao serem analisados muitos programas, foram selecionados 02 (dois) destes, por estarem mais atrelados à Polícia Militar do Paraná, pois Policiais Militares participam ativamente com o público alvo dos Programas que são as crianças e adolescentes, bem como por funcionarem nas instalações das Unidades Policiais escolhidas.

Foi assim utilizada uma amostra intencional de 02 (dois) programas municipais voltados para diminuir a violência e criminalidade principalmente para crianças e adolescentes, em cidades paranaenses.

### 4.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

Identificados os fatores que afetaram a decisão da escolha dos programas que foram analisados, solidifica-se a visão de que, em primeiro momento foi levantado em alguns Municípios da região Noroeste do Paraná a existência de investimentos em Programas Municipais voltados para a redução da violência e criminalidade.

Na etapa seguinte, foi feita a análise dos programas escolhidos, que foram;

- Projeto Alternativo de Cruzeiro do Oeste - Paraná, Sede do Sétimo Batalhão de Polícia Militar;

- Projeto Formando Cidadão, de Campo Mourão - Paraná, Sede do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar.

Estes programas estes que efetivamente podem ser implementados em municípios da Região Noroeste do Paraná, área delimitada na pesquisa, no entanto pelas características poderão ser estendidos para outros Municípios do Paraná, tendo em vista que em muitos locais não têm programas voltados para esta finalidade.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante do cenário histórico de diversos problemas sociais, inclusive a violência e a criminalidade, a sociedade tem atuado na busca de alternativas que solucionem ou, ao menos, minimizem essas questões. As comunidades vêm se mobilizando, tanto para cobrar ações do Poder Público como para desenvolver e implementar suas próprias alternativas.

Falar sobre a avaliação dos programas sociais escolhidos, convencer as pessoas de sua importância não parece ser tarefa difícil. Conhecer o impacto de intervenções sociais parece algo lógico e necessário diante dos esforços e recursos empreendidos para mudar uma realidade social, em que, muitas vezes, pouco se conhece sobre as efetivas mudanças ocasionadas.

Contudo, quando se trata de operacionalizar essa aplicação, surgem normalmente dúvidas, receios, insegurança, curiosidade, principalmente naqueles que desconhecem esse instrumento na prática. Pode-se dizer que gera-se um “impacto” nessas pessoas.

Entende-se, portanto, que esse “impacto” é causado pelo escasso referencial teórico disponível em Língua Portuguesa; a incipiente prática desse tipo de avaliação no Brasil, principalmente no campo dos programas municipais, estaduais e federais, pelo mito da avaliação como um instrumento meramente fiscalizador, e ainda pela complexidade inerente ao processo avaliativo (CAMPÊLO, 2007).

A avaliação de impacto entendida na completude de seus propósitos apresenta-se como um instrumento de alta complexidade. Sua operacionalização passa também pela capacidade de identificar as dimensões existentes no contexto a ser avaliado, observa-se que muitas vezes os dirigentes municipais não buscam estas avaliações com receio dos resultados tendo em vista que existe a recusa em ajudar em certas ocasiões.

Compreendendo-se a necessidade de se ampliar e de consolidar a realização e a utilização da avaliação de impacto de programas sociais no Brasil, observa-se portanto a importância de se desmistificar esse processo avaliativo para que sejam reconhecidas suas limitações operacionais; principalmente, que seja reconhecido como um processo uma vez que etapas devem ser cumpridas e o ciclo avaliativo deve ser mantido para possibilitar os avanços.



Assim, entende-se que avanços poderão ser dados, ao passo que, com humildade, se reconheçam os esforços empreendidos e as limitações identificadas, e seja incorporada a dinâmica da avaliação, na ótica dos programas avaliados verifica-se que efetivamente são plenamente aplicáveis em municípios que busquem ter uma atividade para seus adolescentes, ocupando o tempo ocioso em atividades que visem sua inserção na vida social e num mercado de trabalho.

O primeiro Programa avaliado tem em sua estrutura três projetos onde pode o interessado dedicar-se ao que mais tenha aptidão, sendo bem procurado pelos adolescentes, e durante todo o funcionamento apresenta ótimos resultados para todos os envolvidos, sendo um referencial na cidade. Esta análise e observação foi colhida de maneira informal com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cruzeiro do Oeste, com o educador que é um Policial Militar pertencente ao efetivo do Sétimo Batalhão de Polícia Militar, e através dos próprios adolescentes, tendo em vista que este pesquisador Responde pelo Comando da Unidade e tem diariamente contato com o educador e com os adolescentes, que freqüentam as instalações do Batalhão, além de reuniões permanentes com a Secretária Municipal sobre o andamento do programa.

Quanto ao Projeto Formando, trata-se de um projeto que já foi implementado em outras cidades do Paraná, e verifica-se no município onde o mesmo está instalado, e em plena execução, que os responsáveis têm recebido elogios de toda a comunidade tanto que empresários do município estão para construir uma Sede para o Programa nas próprias instalações do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar de Campo Mourão, com boa estrutura para o perfeito funcionamento. Semelhante ao programa anterior, a análise e observação deste projeto foi colhido de maneira presente e informal, no entanto este pesquisador também respondeu pelo Comando do Décimo Primeiro Batalhão de Campo Mourão, onde teve contatos com a coordenadora Tenente Luciana Kern, com o soldado educador, com as assistentes sociais que freqüentam o Batalhão e com os adolescentes, acompanhando as mais diversas atividades desenvolvidas, bem como as avaliações da coordenadora.

Como toda atividade que precisa de “parceiros” para um bom funcionamento, estes programas necessitam ter em suas estruturas pessoas bem intencionadas para um perfeito funcionamento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi constatado que a violência e criminalidade têm um impacto marcante na vida das pessoas.

Os investimentos em segurança pública sempre foram deixados em planos inferiores pelos governantes, ficando claro que os recursos destinados à área de segurança pública dificilmente seriam suficientes para conter o avanço abrupto da violência e criminalidade e para atender a demanda por parte da população, comprometendo ainda o desenvolvimento econômico do município pelas perdas sociais, que correspondem aos anos de vida perdidos das vítimas do crime, além de reduzir o bem-estar da comunidade.

É evidente que toda a população anseia por uma diminuição nestas taxas e espera-se que os governantes estejam atentos a isso. Portanto, políticas públicas de segurança que tornem as taxas menos exorbitantes são demandadas em caráter de urgência, a fim de que as pessoas possam viver em um ambiente menos conturbado, possibilitando assim um aperfeiçoamento de suas capacidades, no intuito de desenvolver o município e, conseqüentemente, o país. É preciso salientar que a estimação dos custos da violência e criminalidade em todos os estudos já realizados, está provavelmente subestimada.

Isso ocorre pelo fato de que algumas perdas em termos de capital humano, de mudança de estilo de vida e de produtividade das vítimas da violência, são de difícil mensuração. Além disso, a vida das vítimas da violência, assim como a dor e sofrimento de suas famílias, são um custo impossível de ser medido, até porque o valor da vida é imensurável.

O que se observa é que, diante do cenário histórico de diversos problemas sociais, inclusive a miséria, fome, violência e criminalidade, a sociedade tem atuado na busca de alternativas que solucionem ou, ao menos, minimizem essas questões.

Pode-se ainda afirmar que os municípios que têm baixo Índice de Desenvolvimento Humano, pelas suas características próprias necessitam muitas vezes do apoio estadual e federal para buscar soluções para a implementação de seus programas sociais e sofrem com isto e ainda mais suas crianças e adolescentes que necessitam de atividades para não ficarem nas ruas a mercê da sorte.

As comunidades vêm se mobilizando, tanto para cobrar ações do Poder Público como para desenvolver e implementar suas próprias alternativas, e dentro deste entendimento, verifica-se que ela busca soluções para suas mazelas, mas o poder público é o maior responsável pelas soluções e deve participar ativamente e os investimentos sociais são primordiais.

Verifica-se que os dois programas analisados efetivamente podem ser difundidos para os municípios, principalmente, onde exista uma Unidade Policial Militar que possa disponibilizar um policial de seu efetivo para a instrução com os freqüentadores dos programas, o resultado da participação dos alunos e a manifestação de alegria por estarem freqüentando um projeto social ainda mais dentro de uma Unidade Policial Militar, os enobrece, fazendo com que os mesmos sonhem em ter uma profissão e aceitação pela comunidade onde residem.

As famílias dos alunos têm todo o acompanhamento pelas Secretarias de Ação Social, por intermédio de reuniões nas quais são repassadas pela secretária as dificuldades encontradas e o que pode ser corrigido, bem como enaltecendo o que de bom vem acontecendo.

Muitas vezes dificuldades são encontradas para implementação em nível municipal, mas o retorno é a parte mais importante para qualquer gestor visando a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes.

Os investimentos neste setor contribuem com que o poder público assuma suas responsabilidades fazendo sua parte para eliminar ou reduzir os índices violentos nas cidades.

No tocante ao objetivo geral da presente pesquisa, foi verificar se as aplicações dos programas sociais analisados dos municípios da Região Noroeste do Paraná estão voltados para a redução da violência e criminalidade, e se podem ser difundidos para outros municípios principalmente aqueles que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano e que não tenham nenhum programa municipal com esta finalidade. Salienta-se que efetivamente os programas descritos atendem plenamente ao que foram propostos e podem ser implementados em outros municípios, não só aos que possuem baixo IDH, mas para todos que não tenham ainda preocupações neste sentido.

Quanto aos objetivos específicos foi possível pesquisar atentamente os programas sociais selecionados, que foram; Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro do Oeste, da cidade de Cruzeiro do Oeste Paraná, e o Projeto Formando

Cidadão da cidade de Campo Mourão Paraná, verificou-se que os projetos descritos apresentam resultados positivos em relação à diminuição da violência e criminalidade nos dois municípios, tendo grande aceitação das comunidades locais, pois os participantes recebem um tratamento digno com lições de vida e cidadania sendo inseridos no convívio social juntamente com suas famílias que são acompanhadas pelas Assistentes Sociais dos municípios.

Quanto aos resultados dos programas analisados verifica-se que a Polícia Militar do Paraná pode apresentar para suas unidades operacionais através da Seção de Planejamento, estudos no sentido de implementação do Programa Formando Cidadão aos moldes do programa existente no Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar tendo em vista ser o mesmo sem divisões como o Projeto Alternativo de Cruzeiro do Oeste que funciona em conjunto com o Sétimo Batalhão de Polícia Militar de Cruzeiro do Oeste.

Quanto ao questionamento inicial deste trabalho no problema de pesquisa, que consistia ou não na existência de programas sociais municipais visando a redução da violência e criminalidade nos municípios escolhidos da Região Noroeste, e se os mesmos poderiam ser implementados em outras cidades da mesma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o resultado foi positivo quanto à existência de programas sociais em municípios da região Noroeste do Paraná, sendo escolhidos dois deles; Projeto Alternativo de Cruzeiro do Oeste e Programa Formando Cidadão de Campo Mourão.

Constatou-se ainda que os investimentos em Programas Sociais Municipais contribuem de maneira muito significativa para a redução da violência e criminalidade em municípios da Região Noroeste do Paraná, bem como em municípios que estejam propensos a investir nestes programas.

Os resultados apresentados são visíveis e importantes, no resgate da cidadania, na inclusão social, num futuro melhor para as crianças e adolescentes e para suas famílias, bem como para os Policiais que participam como coordenadores e instrutores, tirando das ruas seres humanos que estavam em situação de risco, recolocando-os no convívio da comunidade.

As limitações para a realização da presente pesquisa ficaram marcadas pela característica do curso, pelo tempo escasso para a mesma tendo em vista o universo de municípios da região escolhida que contam com programas sociais e que não foram pesquisados, bem como pelo fato deste pesquisador não estar

afastado das funções operacionais. Neste sentido, foram analisados os programas em duas unidades policiais militares próximas para que fosse realizado um melhor acompanhamento e racionalização de tempo.

Trabalhos futuros podem ser realizados no sentido de conscientização das autoridades municipais, visando mostrar a importância dos investimentos em programas sociais em seus municípios tirando das ruas as crianças e adolescentes em situação de risco, buscando recursos em nível estadual e federal para a implementação dos programas, podendo ainda os departamentos de Assistência Social dos municípios elaborarem cartilhas de seus programas fazendo trocas e avaliações em reuniões nas Associações de Municípios do Paraná.

Verifica-se assim que os programas analisados apresentam resultados positivos em relação à diminuição da violência e criminalidade, pois são retiradas das ruas crianças e adolescentes em situações de riscos e inseridos em programas que lhes permitem um tratamento digno de ser humano. Espera-se, portanto que este estudo contribua para a redução de todo tipo de violência e crime.

## REFERÊNCIAS

A VIOLÊNCIA e a Criminalidade **Como entraves à Democratização**. Disponível em: <[www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=944&article=151&mode=pdf](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=944&article=151&mode=pdf)> Acessado em: 25 jun. 2008.

ABROMAVAY, Miriam. **Juventude valência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRÚCIO, Fernando Luis. Os avanços e dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, Luiz, SPINK, Peter (Org). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AMP. **Associação dos Municípios do Paraná. IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, Paraná**. Disponível em: <[www.ampr.org.br/ampr/idh/uf\\_idh.asp?ildUF=100141-43k](http://www.ampr.org.br/ampr/idh/uf_idh.asp?ildUF=100141-43k)>. Acessado em 15 jun. 2008.

ANUÁRIO, Estatístico do Estado do Paraná 2006, Tabela IPARDES do Índice de Desenvolvimento Humano do Paraná. Disponível em: < [http://www.ipardes.gov.br/anuario\\_2006/5indicadores/tab5\\_1\\_16.pdf](http://www.ipardes.gov.br/anuario_2006/5indicadores/tab5_1_16.pdf)>. Acessado em 26 Ago 2008.

ALMENDRA, Carlos Alberto da & BAIERL, Luzia Fátima. A dinâmica perversa da violência e do medo social. **Revista serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 72, 2002.

\_\_\_\_\_. A violência: realidade cotidiana.pdf. **Sociedade e Cultura**, v. 10 n 2, p. 267 Jul/Dez 2007.

ARAÚJO, A. F.; Fajnzylber, P. **O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996**". Mimeo, 2001a.

ARMANI, D. **Como elaborar projetos: Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais**. Porto Alegre: Tomo 2001.

AZEVEDO, Sérgio, MARES GUIA, Virgínia Rennó. **Ação Coletiva, participação e políticas regulatórias**. Belo Horizonte, março de 2001. Mimeo.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. O homicídio em quatro regiões metropolitanas brasileiras: dados do sistema de informações sobre mortalidade. In: Reunião da ANPOCS, 22, 1998, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1998.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Edusp, 2001.

BEATO, Filho Cláudio. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003) Acessado em 22 Ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Fontes de dados policiais em estudos criminológicos. In: CERQUEIRA, Daniel, LEMGRUBER, Julita (org.) **Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BECKER, G. S. "Crime and Punishment: An Economic Approach", **Journal of Political Economy**. 76. p.169-217, 1968.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 08 de outubro de 1988. 21 ed. Atual. Ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça, Guia para a Prevenção do Crime e da Violência, 2005, desenvolvido com o apoio do Programa das Nações Unidas. Disponível em: <[www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BBD0846F4-103A-4CBF-A9D4-3...](http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BBD0846F4-103A-4CBF-A9D4-3...)> Acessado em 28 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. (1996). Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília.

CAUSAS da Violência no Brasil Disponível em: [http://cantao.net/index\\_arquivos/CausasViolenciaBrasil.htm](http://cantao.net/index_arquivos/CausasViolenciaBrasil.htm) Acessado em 13 jul. 2008.

CAMPÊLO, Amanda Farias. Avaliação de Programas Sociais. Disponível em: <[http://www.rits.org.br/gestao\\_teste/ge\\_testes/ge\\_tmes\\_marco2007.cfm](http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_marco2007.cfm)>. Acessado em: 07 set. 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/idh/br\\_idh.asp](http://www.cnm.org.br/idh/br_idh.asp). Acessado em 12 ago. 2008.

CLARKE, Ronald ed. (1997). Situational Crime Prevention: Sucessful Case studies. Harrow and Heston Publishers. Guiderland/New York.

DECENTRALIZAÇÃO da Segurança Pública no Brasil. Disponível em: [http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0153\\_Descentralizacao%20da%20Seguran%C3%A7a%20Publica%20no%20Brasil.pdf](http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0153_Descentralizacao%20da%20Seguran%C3%A7a%20Publica%20no%20Brasil.pdf). Acessado em: 23 jun. 2008.

FEDELI, Marcelo. **A violência e a criminalidade no Brasil**. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php>> Acesso em: 26 de jul. de 2008.

FELSON, Marcus e Clarke, Ronald V. (1997). Business in Crime Prevention. Criminal Justice Press. Monsey/New York.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública, Políticas Públicas e Violência. Disponível em: <[www.forumseguranca.org.br/artigos/politicas-publicas-e-violencia](http://www.forumseguranca.org.br/artigos/politicas-publicas-e-violencia) - 56k>. Acessado em 07 jul. 2008.

GESTÃO Econômica dos Programas Sociais Municipais. Disponível em: <[www.gecon.com.br/uruguai1.doc](http://www.gecon.com.br/uruguai1.doc)>. Acesso em 16 maio 2008.

GOLDSCHMIDT Andrea. Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano7/08/financiadores.htm>>. Acessado em 26 jun 2008.

GUIA para a elaboração de Projetos Sociais Porto Alegre: Sinodal; Fundação Luterana de Diaconia 2003. Disponível em <[www.rits.org.br/gestao\\_teste/ge\\_testes/ge\\_tmtes\\_marco2003.cfm](http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_marco2003.cfm)>. Acessado em 04 jul.2008.

GUIA para a Prevenção do Crime e da Violência. Disponível em: <[www.rolim.com.br/2002/\\_pdfs/guia.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/guia.pdf)>. Acessado em 15 maio 2008.

GUTIERREZ, M. B.; Mendonça, M. J.; Sachsida, A.; Loureiro, P.R. "Inequality and Criminality Revisited: further evidence from Brazil" Apresentado no encontro da ANPEC 2004.

GREENWOOD, Peter W.; Model, Karin E.; Rydell, Peter. 1996. Diverting Children from a Life of Crime: Measuring Costs and Benefits. Rand Corporation.

IDH. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <[www.frigoletto.com.br/GeoEcon/menuecon.html](http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/menuecon.html) - 41k> Acessado em 08 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Relatório 2006. Disponível em: <[br.geocities.com/sousaraujo/idh.htm](http://br.geocities.com/sousaraujo/idh.htm) - 9k > Acessado em: 25 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná. Programa Sem Fronteiras; Extensão Tecnológica Empresarial. Disponível em: <[www.FundacaoAraucaria.org.br](http://www.FundacaoAraucaria.org.br)>. Acessado em 24 ago. 2008.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. 5. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1978 v.1, Tomo II.

JUVENTUDE violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em:<[www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT7/juventude\\_violencia.pdf](http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT7/juventude_violencia.pdf)>. Acessado em: 02 Jul. 2008.

KERN, Luciana, Tenente Coordenadora do Projeto Formando Cidadão pelo Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar de Campo Mourão, Campo Mourão - Paraná. 2008.



KUME, L. "Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico". Apresentado no encontro da ANPEC 2004.

MANAUS, Prefeitura. Programas Sociais. Disponível <<http://www.manaus.am.gov.br/secretarias/semasc/programas-sociais>>. Acessado em 27 maio 2008.

MARTINS, Lobato M. **A Municipalidade e a Segurança Pública**. Publicado na Folha de Pedro Leopoldo MG em 06 set. 2006. Disponível em: <[www.unipel.edu.br/novo/arquivos/Cevic/A\\_Municipalidade\\_e\\_a\\_seguranca\\_publica.doc](http://www.unipel.edu.br/novo/arquivos/Cevic/A_Municipalidade_e_a_seguranca_publica.doc)>. Acessado em 11 jun. 2008.

MEIRELES, Amauri. As Visceras da Violência. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7286>> Acessado em: 15 maio 2008.

MENDONÇA, M. J. Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro. Apresentado no encontro da ANPEC 2001.

MOURA, Izamara Amado. Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, Paraná, 2008.

MÔNACO, Denise. **Núcleo de Estudos sobre Habitação e Modos de Vida**. (Nomads) da Universidade de São Paulo. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252004000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acessado em 17 jun. 2008.

NEVES, G. H., COSTA, D. M. e AUGUSTI, M. T. **Democratização das políticas municipais: da intenção a ação**. Conselhos Municipais e Políticas Sociais. Comunidade Solidária / IBAM / IPEA. 1997.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar. Criminalidade e o Tamanho das Cidades Brasileiras: Um Enfoque da Economia do Crime. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A152.pdf>>. Acessado em 25 maio 2008.

PAIXÃO, Antônio Luis. Problemas Sociais, Políticas Públicas: o caso do tóxico. In ZALUAR, Alba (org.) **Drogas e Cidadania**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.10, n.2, p.493-512, jul./dez. 1995.

PORQUE, projetos sociais? Disponível em: [www.scribd.com/doc/96011/Por-que-projetos-sociais?query2=modelo%20projeto%20ação%20social](http://www.scribd.com/doc/96011/Por-que-projetos-sociais?query2=modelo%20projeto%20ação%20social) - 825k >. Acesso em 18 jul. 2008.

PROERD no Paraná. Disponível em :

<[www.portalaraucaria.com.br/proerd/oproerd/oprograma.htm](http://www.portalaraucaria.com.br/proerd/oproerd/oprograma.htm)>. Acessado em 25 ago. 2008.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Desenvolvimento e IDH**. Disponível em:< [www.pnud.org.br/idh/2008-27k](http://www.pnud.org.br/idh/2008-27k)>. Acessado em: 15 jun. 2008.

PERES, Maria Fernanda Tourindo, Cienc. Cult. vol.54 no.1 São Paulo June/Sept. 2002. Disponível em: < <http://cienciaecultura.bsv.br>>. Acessado em 15 jun 2008.

RICO, José Maria. SALAS, Luis. **Delito, insegurança do cidadão e polícia**. Rio de Janeiro: PMRJ, 1992.

RONDON, Vinicius Velasco. **Custos da criminalidade em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em Economia).

SENASP. **Guia para a Prevenção do Crime e da Violência**. Brasília 2005 Disponível: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/politikon/artigos.htm>> Acesso em: 26 Jul. 2008. Secretaria Nacional de Segurança pública.

SILVA A. S. C. **Drogas: criminalidade e violência** Porto Alegre (RS)- Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/drogas-criminalidade-e-violencia-1>> Acessado em 18 jul. 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a problemática da Segurança Pública. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Rio de Janeiro, IPEA, n.2, fev. 2001.

SOCIEDADE Brasileira para o Progresso da Ciência, **Marcia Tait Lima**. v. 56 nº 2 São Paulo abr./jun. 2004. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252004000200005&lng=pt&nrm=iso&tling=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200005&lng=pt&nrm=iso&tling=pt)> Acessado em 26 Jul. 2008.

SKOLNICK, Jerome. BAYLEY, David. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

SHERMAN, Lawrence (1997). "Thinking about Crime Prevention". In Sherman, Lawrence; Gottfredson, Denise; MacKenzie, Doris; Eck, John; Reuter, Peter; Bushway, Shawn. *Preventing Crime: What Works, What Doesn't: What's Promising*. National Institute of Justice.

SHORT Jr, James F. (1997). *Poverty, Ethnicity and Violent Crime*. Westview Press.

TAYLOR, Walton e Young, Jock. (1980). *Criminologia Crítica*. Ed. Graal.

TEIXEIRA, Evandro Camargos. 2005. Disponível em:  
<[http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2024/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Mestrado\\_final.pdf](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2024/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mestrado_final.pdf)> Acessado em; 24 jun 2008.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack (org) **Administração do trabalho Policial**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

VALVERDE, Danielle Novaes de Siqueira. **Controle da violência**. Local e ano, Disponível em: <<http://www.abep.sp.gov.br>> Acesso em: 21 de jul. de 2008.

VIOLÊNCIA. Disponível em:  
<<http://www.serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia.htm>> Acessado em 27 junho 2008.

WALKER, Samuel. **The Police in America: an introduction**. New York: McGraw-Hill, 1992.

WILSON, James Q. (1983). **Thinking about Crime**. Vintage Books. New York.

XAVIER, L. N. **Políticas Públicas de Segurança**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=407829> - 32k> Fortaleza Ceará, de 11 de ago. 2008. Acessado em 11 ago. 2008.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.3, p.3-17, jul./set. 1999.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ANEXO A

MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL,  
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR REGIÕES



Chamada de Projetos nº 07/2008

PROGRAMA UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS: EXTENSÃO TECNOLÓGICA EMPRESARIAL

## ANEXO 2

### MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CENTRO EXPANDIDO					
Município	IDH M*				
Ortigueira	0,620	Turvo	0,692	Catanduvas	0,717
Doutor Ulysses	0,627	Salto do Itararé	0,695	Bocaiúva do Sul	0,719
Mato Rico	0,640	Grandes Rios	0,695	Virmond	0,719
Imbaú	0,646	Santana do Itararé	0,696	Três Barras do Paraná	0,720
Reserva	0,646	Nova Laranjeiras	0,697	Ibema	0,721
Laranjal	0,651	Sapopema	0,698	Jundiá do Sul	0,721
Santa Maria do Oeste	0,662	Nova Cantu	0,698	Reserva do Iguaçu	0,726
Rosário do Ivaí	0,664	Iretama	0,699	Wenceslau Braz	0,727
Ventania	0,665	Jaboti	0,699	Borrazópolis	0,727
Cândido de Abreu	0,667	Barbosa Ferraz	0,700	Carlópolis	0,727
Rio Bonito do Iguaçu	0,669	Ivaí	0,701	Imbituva	0,727
Palmital	0,670	Nova Santa Bárbara	0,701	Ipiranga	0,728
Rio Branco do Ivaí	0,670	Roncador	0,701	Guaraniaçu	0,728
Godoy Moreira	0,672	Campina do Simão	0,701	Manoel Ribas	0,729
São Jerônimo da Serra	0,674	Guamiranga	0,702	Faxinal	0,732
Diamante do Sul	0,675	Rio Branco do Sul	0,702	Porto Vitória	0,732
Curiúva	0,675	Japira	0,706	Prudentópolis	0,733
Itaperuçu	0,675	Novo Itacolomi	0,706	Lidianópolis	0,734
Altamira do Paraná	0,677	Conselheiro Mairinck	0,707	Bom Sucesso	0,735
Corumbatai do Sul	0,678	São José da Boa Vista	0,707	Paula Freitas	0,735
Cruzmaltina	0,678	Pinhalão	0,707	Marumbi	0,735
São João do Triunfo	0,679	Espigão Alto do Iguaçu	0,708	Paulo Frontin	0,735
Goioxim	0,680	Abatiá	0,710	Rio Azul	0,738
Adrianópolis	0,683	Figueira	0,711	Teixeira Soares	0,738
Cerro Azul	0,684	Fernandes Pinheiro	0,711	Irati	0,743
Cantagalo	0,686	Santa Amélia	0,711	Pitanga	0,743
Tunas do Paraná	0,686	Rebouças	0,711	Califórnia	0,745
Tibagi	0,686	Antônio Olinto	0,711	Santo Antônio da Platina	0,745
Ibaiti	0,687	General Carneiro	0,711	Quedas do Iguaçu	0,747
Arapuã	0,687	Boa Ventura de São Roque	0,711	Nova Fátima	0,747
Campo Bonito	0,687	Santa Cecília do Pavão	0,712	Guapirama	0,747
Ariranha do Ivaí	0,688	Cruz Machado	0,712	Ribeirão Claro	0,747
Foz do Jordão	0,689	Candói	0,712	Siqueira Campos	0,753
São João do Ivaí	0,689	Jardim Alegre	0,713	Laranjeiras do Sul	0,753
Nova Tebas	0,689	Pinhão	0,713	Kaloré	0,753
Inácio Martins	0,690	Rio Bom	0,713	Joaquim Távora	0,755
Marquinho	0,691	Ribeirão do Pinhal	0,715	Mallet	0,761
Congonhinhas	0,692	Bituruna	0,715	Quatiguá	0,762
Lunardelli	0,692	Santo Antônio do Paraíso	0,715	Ivaiporã	0,764
		Tomazina	0,716	São Mateus do Sul	0,766
		Porto Barreiro	0,716	Telêmaco Borba	0,767



universidade  
sem fronteiras



Extensão Tecnológica  
Empresarial

Cambira	0,767	Douradina	0,740	Florestópolis	0,726
Guarapuava	0,773	Icaraíma	0,741	Jataizinho	0,733
Jacarezinho	0,782	Nova Aliança do Ivaí	0,742	Uniflor	0,734
Jandaia do Sul	0,783	Alto Paraná	0,743	Centenário do Sul	0,738
União da Vitória	0,793	Altônia	0,743	Santo Inácio	0,738
Apucarana	0,799	Esperança Nova	0,744	Rancho Alegre	0,738
<b>NOROESTE</b>		Terra Boa	0,744	Guaraci	0,739
<b>Município</b>	<b>IDH M*</b>	Mamborê	0,745	Marilândia do Sul	0,739
Mariluz	0,675	Perobal	0,745	Iguaçu	0,740
Janiópolis	0,692	Terra Rica	0,746	Leópolis	0,742
Rancho Alegre D'Oeste	0,698	Goioerê	0,746	Andirá	0,742
Santa Mônica	0,700	Porto Rico	0,748	Ângulo	0,742
Quarto Centenário	0,700	Indianópolis	0,749	Presidente Castelo Branco	0,742
Farol	0,701	Cidade Gaúcha	0,749	Paranacity	0,742
Moreira Sales	0,703	Santo Antônio do Caiuá	0,750	São Pedro do Ivaí	0,745
Luiziana	0,704	Iporã	0,750	Paçandu	0,746
Alto Paraíso	0,704	São Manoel do Paraná	0,750	Primeiro de Maio	0,747
Querência do Norte	0,705	Alto Piquiri	0,750	Nova Esperança	0,748
Tuneiras do Oeste	0,707	Xambrê	0,751	Assaí	0,748
Maria Helena	0,707	Cruzeiro do Oeste	0,751	Astorga	0,750
Brasilândia do Sul	0,707	Ivaté	0,752	Uraí	0,751
São Jorge do Patrocínio	0,708	Santa Isabel do Ivaí	0,758	Santa Mariana	0,751
Santa Cruz de Monte Castelo	0,708	Japurá	0,759	Pitangueiras	0,754
Itaúna do Sul	0,708	Pérola	0,759	Sabáudia	0,754
Guairaçá	0,708	Engenheiro Beltrão	0,762	Cruzeiro do Sul	0,755
Amaporã	0,709	Nova Londrina	0,762	Bandeirantes	0,756
Campina da Lagoa	0,710	São Pedro do Paraná	0,762	Prado Ferreira	0,756
São João do Caiuá	0,712	Paraíso do Norte	0,763	Alvorada do Sul	0,757
Quinta do Sol	0,712	Jussara	0,768	Jaguapitã	0,761
Boa Esperança	0,722	Loanda	0,771	Mandaguaçu	0,762
Inajá	0,722	Campo Mourão	0,774	Atalaia	0,765
Mirador	0,724	Tamboara	0,782	Doutor Camargo	0,767
Guaporema	0,725	Paranavai	0,787	Munhoz de Melo	0,767
Cafezal do Sul	0,730	Umuarama	0,800	Ivatuba	0,768
Tapejara	0,730	Cianorte	0,818	Sarandi	0,768
Tapira	0,731	<b>NORTE</b>		Cambará	0,769
Juranda	0,731	<b>Município</b>	<b>IDH M*</b>	Itambé	0,769
Araruna	0,732	Tamarana	0,683	Ourizona	0,770
Rondon	0,734	Cafeara	0,699	Floraí	0,771
Fênix	0,736	Paranapoema	0,706	Bela Vista do Paraíso	0,771
Francisco Alves	0,736	Itambaracá	0,715	Santa Fé	0,773
Peabiru	0,736	Nova América da Colina	0,716	Floresta	0,773
Planaltina do Paraná	0,737	Nossa Senhora das Graças	0,719	Arapongas	0,774
Marilena	0,738	Mauá da Serra	0,719	Flórida	0,775
Diamante do Norte	0,738	Lupionópolis	0,723	Sertanópolis	0,781
São Tomé	0,738	Itaguajé	0,723	Colorado	0,782
São Carlos do Ivaí	0,738	São Sebastião da Amoreira	0,724	Rolândia	0,784
Nova Olímpia	0,740	Jardim Olinda	0,724	Marialva	0,784
		Santa Inês	0,726	Porecatu	0,785

**Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná**  
Av. Com. Franco, 1341 - Jd. Botânico - 80215-090 - Curitiba - PR | [www.FundacaoAraucaria.org.br](http://www.FundacaoAraucaria.org.br)

## **ANEXO B**

**PROJETO ALTERNATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, PARANÁ**



## **ESTATUTO SOCIAL DO PROJETO ALTERNATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – PARANÁ.**

### **CAPITULO - I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

**ART. 1.º** - O Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, constitui-se em Entidade de promoção Humana de Direito público, sob a forma de Entidade Filantrópica, fundada em 09 de Novembro de 2001, sem fins lucrativos, de interesse público e prazo de duração indeterminado, e reger-se á pela legislação em vigor e por este Estatuto em conformidade com o Artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente – E.C.A..

**ART. 2.º** - O projeto tem Sede e Foro na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, sito a avenida Rio Negro n.º 8040, Lote 021, Quadra 175, bairro Sul Brasileira, e com jurisdição em todo território do Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

### **CAPITULO - II DAS FINALIDADES**

**ART. 3.º** - O Projeto tem por finalidade:

- a)- Ocupar a ociosidade de adolescentes, do sexo masculino, em situação de risco social, após o horário escolar; através da prática de esportes, aulas de Música , aulas de Técnica Agrícola (horticultura) e aulas de introdução ao ensino de Informática (Curso de Digitação).
- b)- Promoção e Assistência Social;
- c)- Segurança alimentar e nutricional;
- d)- Amparo psicológico;
- e)- Socialização dos menores;
- f) - Acompanhamento Educacional e integração ao mercado de Trabalho;
- g)- Formação Técnico-Profissional, conforme Artigo 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.).

**ART. 4.º** - No desenvolvimento de suas atividades, o Projeto não fará discriminação, tais como: cor, raça, credo político e religioso.

## **CAPITULO - III**

### **DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**ART. 5.º** - Este Projeto é composto pelos membros, evidenciados por notória honestidade e dedicação às causas sociais do Município, representantes das seguintes instituições:

- a)- Secretaria Municipal de Ação Social de Cruzeiro do Oeste;
- b)- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Cruzeiro do Oeste;
- c)- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cruzeiro do Oeste;
- d)- Conselho Tutelar de Cruzeiro do Oeste;
- e)- Polícia Militar do Estado do Paraná;
- f)- Ministério Público do Estado do Paraná;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os membros que farão parte do Projeto, bem como seus suplentes, serão indicados pelas próprias Instituições, os quais terão um mandato de dois anos.

**ART. 6.º** - O Projeto poderá incluir novas Instituições em apoio a Entidade, desde que tenham o mesmo objetivo de cunho social e tenham aprovação das demais Instituições que já integram o Projeto.

**ART. 7.º** - Além dos membros representantes das Instituições constantes no art. 5º deste Estatuto, o Projeto poderá ser composto de membros colaboradores, cujo número é ilimitado.

**§ 1º)** - Os membros colaboradores necessariamente serão cadastrados junto à entidade e se constituirão naqueles que prestarem relevantes serviços ao Projeto, bem como fizerem doações ou contribuições em dinheiro, bens ou através de serviços prestados.

**§ 2º)** – Os membros colaboradores de que trata este artigo, não respondem nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

**ART. 8.º** - São Direitos dos Membros Colaboradores do Projeto:

- a)- apresentar sugestões e oferecer colaboração à Entidade;
- b)- obter informações sobre as atividades desenvolvidas e sobre a administração da Entidade;

**ART. 9.º** - São deveres dos Membros Colaboradores do Projeto:

- a)- cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e demais disposições aprovadas pelos membros;
- b)- comparecer às reuniões designadas e acatar suas decisões;
- c)- colaborar para a consecução das finalidades do Projeto;
- d)- colaborar na realização dos projetos e campanhas da Entidade;
- e)- exercer com dedicação e esmero o cargo para o qual foi eleito;
- f)- acatar as decisões da Diretoria;
- g)- zelar pelo nome, patrimônio moral e social da Entidade.

**ART. 10.º** - O desligamento compulsório de Membro Colaborador dar-se-á:

- a)- por vontade própria do membro através de declaração expressa dirigida à Diretoria;
- b)- quando houver comportamento incompatível por parte do Membro, com relação aos objetivos fins do Projeto; e
- c)- por demonstração de desinteresse manifesta pela ausência consecutiva e injustificada a três convocações.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso das letras "a" e "b", a decisão de desligamento do Membro Colaborador cabe à Diretoria, sendo garantida ampla defesa.

## **CAPITULO - IV**

### **DO PATRIMÔNIO E RECURSOS**

**ART. 11** - O patrimônio do Projeto é constituído de bens móveis e imóveis adquiridos pela Prefeitura Municipal através de convênios governamentais e recursos do próprio município, bem como pelo recebimento de bens móveis e imóveis, através de doações, legados, heranças, contribuições e auxílio de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, nacionais e internacionais.

**ART. 12** - Os bens patrimoniais somente poderão ser utilizados na consecução das finalidades do Projeto.

**ART. 13** - A Entidade não constitui, sob qualquer forma, patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

**ART. 14** - Os recursos financeiros do Projeto Alternativo Municipal de Cruzeiro

do Oeste, Estado do Paraná, poderão ser movimentados em estabelecimento bancário, através de conta corrente em nome da Entidade, mediante assinatura em conjunto do presidente e tesoureiro constituídos em eleição.

**ART. 15** - Em caso de dissolução ou extinção da Entidade, o eventual patrimônio remanescente será destinado, a Entidades congêneres devidamente registrada no **Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS** ou a uma entidade pública, escolhida pela Secretaria da Ação Social da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, em comum acordo com os demais órgãos constantes no Artigo 5.º deste estatuto.

**ART. 16** - O Projeto aplicará as rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

**ART. 17** - A Entidade poderá aplicar as subvenções, contribuições e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas a suas atividades sociais, ficando proibido o repasse de recursos, doações, etc., a outras Entidades congêneres.

**ART. 18** - Constituem receitas da Entidade:

- a)- as provenientes de contratos de gestão firmados com o Poder Público, por intermédio de seus órgãos competentes;
- b)- as dotações orçamentárias que lhes venham destinar os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal;
- c)- subvenções sociais que lhe transferir o Poder Público nos termos do contrato de gestão;
- d)- doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares, nacionais ou internacionais, e de pessoas físicas e jurídicas;
- e)- recursos de Fundos Especiais;
- f) - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros;
- g)- recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- h)- aporte de recursos municipais, estaduais e Federais de qualquer natureza;
- i )- recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos; e
- j)- outros recursos que lhe venham a ser destinados ou outras rendas eventuais.

## **CAPITULO - V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**ART. 19** - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data da indicação dos membros pelas Instituições, deverá ser composta a diretoria, cuja composição será a seguinte:

- I – Presidente;
- II – Vice Presidente;
- III – Secretário;
- IV – 2º Secretário;
- V – Tesoureiro;
- VI – 2º Tesoureiro.

**ART. 20** - Fica expressamente vedado fazer parte da Diretoria da Entidade, funcionários dos órgãos de apoio que prestam serviços diretamente na Sede da Entidade e que recebam remuneração para tal.

**ART. 21** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria absoluta dos membros do Projeto.

**ART. 22** - Todas as decisões de cunho administrativo deverão ser tomadas pela diretoria. As demais decisões deverão ser tomadas por todos os membros que integram o Projeto, sempre por maioria absoluta.

**ART. 23** - A Entidade não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus membros.

## **CAPITULO - VI**

### **DA DIRETORIA**

**ART. 24** - A Diretoria será eleita em reunião ordinária, pela maioria dos votos dos membros dos órgãos integrantes do Projeto, para um mandato de dois anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

**ART. 25** - A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, uma vez por bimestre para

deliberar sobre assuntos de interesse da Entidade.

**ART. 26 - Compete a Diretoria:**

- a)- estabelecer diretrizes de ação para as atividades da Entidade e submetê-las à apreciação da Assembléia Geral;
- b)- aprovar o planejamento das atividades da entidade, bem como seu orçamento;
- c)- fazer cumprir o estatuto e as decisões da Assembléia Geral;
- d)- acompanhar e avaliar a execução de programas e metas da entidade;
- e)- deliberar sobre a admissão desligamento de membros efetivos dos órgãos colaboradores de apoio;
- f) - pronunciar-se em nome da entidade;
- g)- administrar os recursos da entidade de acordo com o estatuto e as finalidades sociais da mesma;
- h)- reunir-se sempre que necessário, podendo deliberar com a presença da maioria de seus membros;
- i) - elaborar mensalmente relatório de presença de alunos, bem como das atividades desenvolvidas e a prestação de contas referente ao mês.
- j) - elaborar anualmente, no mês de fevereiro, relatório das atividades e a prestação de contas, desenvolvidas durante o ano anterior.

**ART. 27 -** As vagas que se verificarem na diretoria durante o mandato da mesma serão preenchidas pelos respectivos suplentes.

**ART. 28 -** Os mandatos dos membros da Diretoria se extinguirão por morte, afastamento ou renúncia tácita ou expressa do respectivo titular.

**§ 1.º -** A renúncia tácita se caracteriza pela ausência injustificada do membro da Diretoria a (03) três reuniões ordinárias consecutivas.

**§ 2.º -** O afastamento do membro da Diretoria só será determinada se houver justo motivo, após devida sindicância e por aprovação da maioria absoluta dos membros do Projeto.

**ART. 29 - Compete ao Presidente:**

- a)- dar cumprimento às decisões da Assembléia Geral e da Diretoria;
- b)- administrar e representar a Entidade judicialmente e extrajudicialmente, ativa e passivamente, sendo-lhe entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo da Entidade, especialmente à prestação de avais, fianças ou cauções de favor;
- c)- movimentar os recursos financeiros da Entidade em conjunto com o Tesoureiro;

- d)- convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; e
- e)- cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno.

**ART. 30 - Compete ao Vice-Presidente:**

- a)- substituir o Presidente nos seus impedimentos;
- b)- executar as atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente;
- c)- auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções; e
- d)- assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término.

**ART. 31 - Compete ao Secretário (a):**

- a)- secretariar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria;
- b)- lavrar as atas das reuniões, bem como assiná-las;
- c)- redigir outros documentos necessários às atividades da Entidade;
- d)- dar publicidade às notícias da Entidade;
- e)- cuidar dos arquivos da Entidade e manter em dia as correspondências; e
- f) - organizar os serviços da Secretaria.

**ART. 32 - Compete ao 2º Secretário (a):**

- a)- substituir o Secretário nos seus impedimentos;
- b)- executar as atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário; e
- d)- assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término.

**ART. 33 - Compete ao Tesoureiro (a):**

- a)- arrecadar e contabilizar os recursos financeiros recebidos;
- b)- apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que lhes forem solicitados;
- c)- organizar e manter a contabilidade da entidade de acordo com a legislação em vigor;
- d)- movimentar os recursos financeiros da entidade em conjunto com o Presidente;
- e)- elaborar o Balanço anual e a prestação de contas para apreciação da Diretoria e da Assembléia Geral; e
- f)- manter todo o numerário da entidade em estabelecimento bancário; e
- g)- assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término.

**ART. 34 -** Compete ao 2º Tesoureiro (a):

- a)- substituir o Tesoureiro em sua falta ou impedimento;
- b)- auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições; e
- d)- assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término.

## **CAPITULO - VII**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**ART. 35.º -** O Conselho Fiscal será composto por três (03) membros, eleitos em reunião ordinária, pela maioria dos votos dos membros dos órgãos integrantes do Projeto, para um mandato de dois anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

**ART. 36 .º -** Poderá fazer parte do Conselho Fiscal da Entidade, membros ou funcionários, dos órgãos de apoio que prestam serviços direto e indiretamente na Sede da Entidade, remunerados ou não.

**ART. 37.º -** O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por qualquer dos seus membros ou pela Diretoria, podendo deliberar com a presença mínima de (02) dois de seus integrantes.

**ART. 38.º -** As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria simples dos integrantes presentes às reuniões do mesmo.

**ART. 39 .º -** Compete ao Conselho Fiscal:

- a)- examinar e aprovar os balancetes e prestação de contas apresentadas pela Diretoria;
- b)- examinar, a qualquer tempo, a contabilidade, os contratos, convênios e obrigações assumidas pela Diretoria;
- c)- eleger, dentre seus membros, o respectivo Presidente do Conselho Fiscal; e
- d)- sugerir à Diretoria medidas de interesse à Entidade.



## CAPITULO - VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ART. 40** - A Entidade deverá ser inscrita e devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS , assim que constituir sua 1.<sup>a</sup> (primeira) Diretoria.

**ART. 41** - A Entidade somente poderá ser dissolvida ou extinta por decisão de dois terços (2/3) de seus membros.

**ART. 42** - O exercício dos cargos previstos neste Estatuto constitui serviço relevante para Entidade, sendo vedado qualquer pagamento a seus diretores e conselheiros de quaisquer vantagens, benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que exerçam.

**ART. 43** - O exercício social da Entidade terá como base o calendário escolar de cada ano civil.

**ART. 44** - Os casos omissos deste Estatuto serão decididos pela Diretoria e demais membros.

**ART. 45** - O presente Estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão de dois terços (2/3) dos seus membros.

Cruzeiro do Oeste, Pr, 29 de abril de 2003.

\_\_\_\_\_  
fulano de tal  
Presidente

\_\_\_\_\_  
fulano de tal  
Secretário (a)

\_\_\_\_\_  
fulano de tal  
Tesoureiro

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
fulano de tal  
Presidente do C.M.A.S.

\_\_\_\_\_  
fulano de tal  
Presidente do C.M.D.C.A.

\_\_\_\_\_  
fulano de tal  
Advogado (a) OAB - PR n.º

## ANEXO C

PROJETO FORMANDO CIDADÃO, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, PARANÁ



## Município de Campo Mourão - Cidade Escola

**SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL E DA MULHER**

**PROJETO**

**FORMANDO CIDADÃO**

**PLANO DE AÇÃO**

**2007**

**Campo Mourão – PR**

**Fevereiro 2007**

**SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL E DA MULHER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Nelson José Tureck

**11º BATALHÃO DA POLICIA MILITAR**

Ten. Cel. Ataídes Antônio Casarolli

**SECRETARIA MUNICIPAL**

Regina Massaretto Bronzel Dubay

**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL**

Marley Lisabeti Formentini

**COORDENADORA DO PROGRAMA PELA SEASO**

Andréia Rejane Vinch

**COORDENADOR DO PROGRAMA PELO 11º B.P.M.**

1º Tenente Luciana Kern

**COORDENADOR DO PROGRAMA PELA CRISTOFOLI**

Douglas Lima Barrankievicz

**EDUCADORES SOCIAIS**

Soldado Devair Domingos

Rosely da Silva

**RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO**

Andréia Rejane Vinch

Maria Sezineide Cavalcante de Mélo

Rosely da Silva

## 1.0 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

<b>Nome:</b>	Formando Cidadão
<b>Local de Funcionamento.</b>	11º Batalhão da Polícia Militar de Campo Mourão
<b>Telefone:</b>	(044) 3525-3013
<b>Responsáveis</b>	Andréia Rejane Vinch Luciana Kern Douglas Lima Barranckiewicz
<b>Fones</b>	(044) 3518-4415 (044) 3525-3013 (044) 3518-3400

## 2.0 – JUSTIFICATIVA

A rede de atendimento na área da Assistência Social voltada às Políticas Públicas para crianças, adolescentes e jovens do Município de Campo Mourão tem conseguido atingir apenas 34% da demanda total, com 2.015 atendimentos, deixando de fora os 66% restante (demanda reprimida) com 3.855 crianças, adolescentes e jovens sem atendimento. Face às limitações de recursos, os programas governamentais<sup>1</sup> e não governamentais<sup>2</sup> do município têm priorizado o atendimento de crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de risco social de elevado grau de vulnerabilidade. Mais especificamente Campo Mourão possui 2440 adolescentes oriundos de famílias com renda mensal percapta de ½ salário mínimo.

<sup>1</sup> Centros de Integração, Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Formando Cidadão, Programa Menina Mulher, Centro de Iniciação Profissional, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade

<sup>2</sup> Abrigo A Mão Cooperadora, Lar Infantil Miriã, Lar Ágape, APAE, Associação de Meninos de Campo Mourão, Comunidade Terapêutica Redenção, Fundação Guarda Mirim, Gralha Azul, Fundação Educere, Centro de Educação Santa Rita

Questões como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, abandono familiar, uso e abuso de drogas, conduta social inadequada vem agravar este quadro e trabalho infantil.

Com a capacidade de atendimento aquém das necessidades, o município de Campo Mourão tem se defrontado com a urgência de ações que atinjam uma maior número possível de adolescentes.

### **3.0- REGIME DE ATENDIMENTO (ART. 90 DO ECA):**

Regime Sócio Educativo em Meio Aberto.

### **4.0- OBJETIVO GERAL:**

Atender adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, oferecendo condições de concorrência igualitária no mercado de trabalho, visando a sua inclusão harmoniosa em sociedade.

### **5.0- OBJETIVOS ESPECIFICOS:**

- “Apoiar o adolescente na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio futuro”;
- Estimular o jovem para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, refletindo sobre suas ações no âmbito individual, familiar e social; Oferecendo instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar preparar-se para atuar de modo cooperativo e construir para a transformação da comunidade;
- Estimular condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino, diminuindo assim a repetência e evasão escolar;
- Promover a socialização do jovem, fornecendo-lhe um ponto de referencia adequado as suas potencialidades e interesses, colaborando para a criação de valores, responsabilidades, idéias, expectativas em relação ao futuro, valorizando as iniciativas dos adolescentes a fim de elevar sua auto-estima e desenvolver novos interesses;
- Oportunizar ao adolescente a reflexão sobre a importância das regras sociais e dos conceitos de ordem, disciplina, respeito, ética e solidariedade;

- Propiciar momentos de lazer e descontração nos quais os adolescentes possam expressar suas emoções e sentimentos.
- Desenvolver ações de prevenção do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas;
- Garantir a correta nutrição dos adolescentes através de alimentação balanceada, nutritiva, de higiene, qualidade e desenvolver hábitos alimentares saudáveis.
- Estimular hábitos de higiene pessoal e do ambiente.
- Acompanhar sistematicamente as famílias e promover atividades de integração com o projeto;
- Possibilitar treinamento para a produção orgânica de alimentos, interagindo a família, comunidade e de outros programas sociais;
- Oportunizar a inserção dos adolescentes em cursos de capacitação técnica profissional;
- Mobilizar a classe empresarial, visando a importância destes jovens no mercado de trabalho;
- Elaborar regimento interno com a participação de 02 representantes dos adolescentes e parceiros envolvidos.

#### **6.0- PÚBLICO ALVO:**

O Projeto Formando Cidadão visará atender adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos e 11 meses, provenientes de famílias de baixa renda, em situação de risco social e ou pessoal como mendicância, trabalho infantil, distribuição familiar e encaminhamentos do Conselho Tutelar, Promotoria e Programas Governamentais.

#### **7.0- CRITÉRIOS DE ADMISSÃO E PERMANÊNCIA**

##### **7.1- Admissão**

- Apresentar toda documentação solicitada;
- Estar devidamente matriculado na rede de Ensino.
- Ter sido indicado para admissão através de encaminhamentos da rede de atendimento.

## 7.2- Permanência

- Ter no mínimo 75% de presença no programa mensalmente;
- Ter no mínimo 75% de presença na escola mensalmente;
- Seguir as regras que comporão o Regimento Interno elaborado pelo grupo;

## 8.0- METAS:

Serão atendidos diretamente 40 adolescentes e indiretamente 40 famílias.

## 9.0- OPERACIONALIZAÇÃO

OBJETIVOS	OPERACIONALIZAÇÃO	QUANDO	QUEM
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar o adolescente na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir seu "próprio futuro";</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ No dia a dia do Programa Formando Cidadão, oportunizar momentos de orientação individual, estimulando os adolescentes na construção de um programa para sua vida pessoal e profissional. Este acompanhamento individual será fortalecido através das diversas atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acontecerá a todo o momento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Todos os envolvidos direta e indiretamente com os adolescentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estimular o jovem para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, refletindo sobre suas ações no âmbito individual, familiar e social, oferecendo instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da comunidade;</li> <li>▪ Promover a socialização do jovem, fornecendo-lhe um ponto de referencia adequado as suas potencialidades e interesses, colaborando para a criação de valores, responsabilidades, idéias, expectativas em relação ao futuro, valorizando as iniciativas dos adolescentes a fim de elevar sua auto-estima e desenvolver novos interesses;</li> <li>▪ Oportunizar ao adolescente a reflexão</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aulas como: Relacionamento Interpessoal e Auto Estima; Religiosidade, Xadrez, Ordem Unida, Karate, Técnica de Futebol, Produção de Texto, ioga e Teatro. Aula de horticultura (Horta orgânica) e atividades de artesanato.</li> <li>2. Apoiar as Campanhas do PROVOPAR, bem como outros eventos desenvolvidos no Município em prol da comunidade;</li> <li>3. Participação nos Cerimoniais do 11º B.P.M;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Está relacionado no cronograma de atividades na página 15.</li> <li>2. Conforme a programação do PROVOPAR.</li> <li>3. Diariamente</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Secretaria da Ação Social</li> <li>2. Secretaria da Ação Social</li> <li>3. 11º Batalhão da Polícia Militar</li> </ol>



sobre a importância das regras sociais e dos conceitos de ordem, disciplina, respeito, ética e solidariedade;			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino, diminuindo assim a repetência e evasão escolar;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Visitas as escolas para acompanhamento do desempenho e frequência do adolescente;</li> <li>2. Atividades de Apoio às Tarefas Escolares</li> <li>3. Aulas de Produção de texto;</li> <li>4. Acesso a computadores e pesquisa através da internet para elaboração e digitação de trabalhos escolares.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mensalmente</li> <li>2. Diariamente</li> <li>3. Conforme Cronograma diário página 15.</li> <li>4. Conforme necessidade do adolescente</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Secretaria da Ação Social na pessoa da estagiária e 11º B.P.M na pessoa do Soldado Educador Social</li> <li>2. Estagiária disponibilizada pela Secretaria da Ação Social</li> <li>3. Estagiária disponibilizada pela Secretaria da Ação Social</li> <li>4. 11º B.P.M, com auxílio da estagiária do município.</li> </ol>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oportunizar a inserção dos adolescentes em cursos de capacitação técnica profissional;</li> <li>▪ Mobilizar a classe empresarial, visando a importância destes jovens no mercado de trabalho;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Palestra sobre Empregabilidade;</li> <li>2. Encaminhamentos para Cursos no CIP, Fundação Cultural; Fundação Educere e Fundação de Esportes e Curso de Informática;</li> <li>3. Encaminhamentos a empresas para contratação dos adolescentes</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dia 08/03</li> <li>2. Conforme o desenvolvimento de cada aluno e a faixa etária</li> <li>3. Conforme o desenvolvimento, faixa etária e término dos cursos profissionalizantes</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Senac</li> <li>2. Cristofoli, Secretaria de Ação Social e 11º B.P.M</li> <li>3. Cristofoli</li> </ol>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propiciar momentos de lazer e descontração nos quais os adolescentes possam expressar livremente suas potencialidades, emoções e sentimentos;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Oportunizar a participação em atividades esportivas, recreativas e culturais;</li> <li>2. Organizar momentos de integração, como torneios e gincanas, com outros programas de atendimento social a adolescentes;</li> <li>3. Organizar passeios a locais ainda desconhecidos pelos adolescentes;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1</li> <li>2. A combinar.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2. Secretaria da Ação Social</li> <li>3. Secretaria da Ação Social e 11º Batalhão</li> </ol>

	<p>4. Jogos de Basquete;</p> <p>5. Jogos e Torneios de Futebol Suíço</p> <p>6. Apresentação da Banda Formando Cidadão em festas da Comunidade</p>		da Polícia Militar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estimular hábitos de higiene pessoal e do ambiente;</li> <li>▪ Estimular Boas maneiras em locais públicos;</li> <li>▪ Proporcionar melhores condições físicas e mentais aos adolescentes.</li> <li>▪ Estimular Reflexão sobre o conceito de Qualidade de Vida</li> <li>▪ Desenvolver ações de prevenção do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas;</li> </ul>	<p>1. Oferecer duas refeições diárias, sendo um lanche e almoço;</p> <p>2. Curso de Etiqueta</p> <p>3. Curso Sobre Qualidade de Vida;</p> <p>4. Curso de Prevenção ao uso de Drogas pelo Programa PROERD, DSTs e AIDS;</p>	<p>1. Todos os dias</p> <p>2. Segundo Semestre</p> <p>3. Palestras</p> <p>4. Palestras</p>	<p>1. Secretaria da Ação Social</p> <p>2. Secretaria da Ação Social</p> <p>3. Secretaria da Saúde</p> <p>4. 11º B.P.M, Secretaria da Saúde</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar sistematicamente as famílias e promover atividades de integração com o projeto;</li> </ul>	<p>1. Serão realizadas visitas domiciliares e quando houver necessidade visitas extras</p> <p>2. Serão realizadas com os pais e/ou responsáveis palestras sobre cuidados com os filhos, relacionamento, saúde, prevenção ao uso de substâncias psicoativas, prevenção de DSTs e AIDS</p> <p>3. A família será convidada a participar de todas as atividades voltadas as datas comemorativas;</p> <p>4. Será feito um acompanhamento com as famílias de encaminhamento aos órgãos públicos;</p>	<p>1. Mensalmente</p> <p>2. Bimestralmente</p> <p>3. Nas datas comemorativas</p> <p>4. Conforme for necessário a utilização da rede de atendimento municipal</p>	<p>1. Estagiária do município e educador social do 11º Batalhão da Polícia Militar</p> <p>2. Secretaria da Ação Social e Coordenadora do 11º Batalhão da Polícia Militar</p> <p>3. Estagiária do município e educador social do 11º Batalhão da Polícia Militar</p> <p>4. Estagiária do município e educador social do 11º Batalhão da Polícia Militar</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a correta nutrição dos adolescentes através de</li> </ul>	<p>Ações de curto e médio prazo:</p>	<p>1 conforme o cronograma de atividades que segue na</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria da Ação Social: e</li> </ul>

<p>alimentação balanceada, nutritiva, de higiene, qualidade e desenvolver hábitos alimentares saudáveis.</p> <p>▪ Possibilitar treinamento para a produção orgânica de alimentos, interando a família, comunidade e de outros programas sociais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• curso de qualificação no plantio de alimentos - modulo I;</li> <li>• curso de qualificação no plantio de alimentos - modulo II</li> <li>• recebimento dos equipamento e utilização dos mesmos nas ações;</li> <li>• construção da horta no espaço físico cedido pelo Batalhão de Polícia Militar;</li> <li>• plantio das sementes e produção de mudas e alimentos;</li> <li>• implantação de minis-hortas nos Centros de Integração juntamente com as crianças e familiares, através do plantio de mudas produzidas na horta piloto, sendo acompanhados por grupos de monitores do projeto Formando Cidadão;</li> <li>• ações de orientação juntamente com projeto Agente Jovem no que diz respeito ao consumo e distribuição dos alimentos;</li> <li>• criação de grupo piloto de famílias, sendo estas orientadas e acompanhadas na criação de hortas em suas próprias casas;</li> </ul> <p>Ações de longo prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• produzir alimentos na horta piloto (Batalhão) e minis hortas (centro de Integração) para consumo em todos os programas sociais;</li> </ul> <p>▪ orientar todos os familiares envolvidos</p>	<p>pagina 15;</p>	<p>Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.</p>
--	---	-------------------	---

	incentivando a criação de hortas em suas próprias casas.		
▪ Elaborar regimento interno com a participação de 02 representantes dos adolescentes e parceiros envolvidos.	Oportunizar que o adolescente coloque as suas idéias diante da coordenação em relação as regras e limites que terão que seguir durante a participação no projeto.	Durante todo o ano	▪ 11º Batalhão da Polícia Militar, alunos e educadores Sociais.

## 10.0 - RECURSOS HUMANOS

QUANTIDADE	FUNÇÃO	VÍNCULO	FORMAÇÃO
01	Coordenadora	SEASO	Pedagogia
01	Coordenadora	11º BPM	Tenente
01	Coordenador	Crsitofoli	Empresário
01	Orientadores Sociais	11º BPM	Soldado
01	Estagiário	SEASO	Pedagogia
01	Instrutor	Convenio	Karatê
01	Instrutor	Voluntário	Teólogo
01	Instrutor	SEASO	Xadrez
01	Instrutor	SEASO	loga
01	Instrutor	SEASO	Artes Cênicas
	Instrutores a Disciplina de Saúde	Séc. de Saúde	Enfermeiros Médicos Fisioterapeutas
01	Instrutor de Trânsito	Detran	Soldado
01	Produção de Texto	Estagiaria	Pedagogo
01	Instrutor do Cursos de Cultivo de Horta Orgânica	SEASO e SEAMA	Técnico Agrícola

## 11.0 – PARCERIAS

- 11º Batalhão da Polícia Militar
- ACICAM
- Café Paranaense

- Centro de Integração
- Cinemax
- CIP – Centro de Iniciação Profissional
- Clube Rotarianos de Campo Mourão
- Coamo
- Corpo de Bombeiros
- Cristofoli
- Distribuidora de Bebidas Conti
- Emater
- Fiorella
- Fruto Maduro
- FUCAM
- FUNDACAM
- Fundação Educere
- Mercado da Lucia
- Newotica
- PC Bicicletas
- Professor Voluntário de Religiosidade
- Refrigeração Brasil
- Retifica Paraná
- Secretaria da Ação Social
- Secretaria Municipal de Saúde
- SENAC
- SESC
- Sindicato Rural
- Sindicato Rural de Campo Mourão
- Super Mufatto
- Viação Mourãoense

## **12.0 - AVALIAÇÃO**

- Mensalmente haverá reunião entre a equipe envolvida para avaliar o andamento das atividades;
- Mensalmente serão realizadas reuniões com os adolescentes com a presença da coordenação a fim de estimulá-los a uma auto-avaliação e do andamento das atividades;
- Serão avaliados dia a dia o comparecimento e a participação e envolvimento dos jovens no projeto, bem como, o comprometimento e o envolvimento dos instrutores;

- Mensalmente será encaminhado ao CMDCA e CMAS relatório do período informando quanto aos participantes, comparecimento no projeto e na escola, participação e envolvimento dos jovens, bem como, dos instrutores, dificuldades e avanços;
- No final do programa será realizada uma avaliação do segundo semestre a fim de verificar se os objetivos foram alcançados, quais os resultados obtidos e dificuldades do processo.
- Os instrumentos, como por exemplo questionários, modelo de relatório, serão elaborados no decorrer do ano pela Coordenação Geral.